

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**JAMES BISPO DA CONCEIÇÃO**

**“O MEU SANGUE É GENUINAMENTE PAULISTA”: UMA HISTÓRIA DO  
MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 EM GUARULHOS E A MEMÓRIA  
DA *REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA* NA CIDADE**

**GUARULHOS  
2018**

**JAMES BISPO DA CONCEIÇÃO**

**“O MEU SANGUE É GENUINAMENTE PAULISTA”: UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO  
CONSTITUCIONALISTA DE 1932 EM GUARULHOS E A MEMÓRIA DA *REVOLUÇÃO  
CONSTITUCIONALISTA* NA CIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel em História.

Área de Concentração: História  
Orientadora: Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo

**GUARULHOS  
2018**

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Conceição, James Bispo da.

“O meu sangue é genuinamente paulista”: Uma história do Movimento Constitucionalista de 1932 em Guarulhos e a memória da *Revolução Constitucionalista* na cidade – Guarulhos, 2018.

67 f.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo

Título em inglês: "My blood in genuinely paulista": A Constitutionalist movement story of 1932 in Guarulhos and the memory of the *Constitutionalist Revolution* in the city

1.História 2.História local 3.Memória

**James Bispo da Conceição**

**“O meu sangue é genuinamente paulista”: Uma história do Movimento Constitucionalista de 1932 em Guarulhos e a memória da *Revolução Constitucionalista* na cidade**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de São Paulo como  
requisito parcial para obtenção do grau em  
Bacharel em História.

Área de Concentração: História

Aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Orientadora: Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus  
Universidade Federal de São Paulo

À Geruza Marques da Conceição, a primeira professora de algumas crianças do povoado de Lagoa Grande, Limoeiro de Anadia, Alagoas, e minha mãe.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais pelo estímulo e apoio nos estudos antes mesmo do meu ingresso no ensino fundamental. A todos os professores que no decorrer da minha vida contribuíram para a minha formação. A minha eterna gratidão.

À minha esposa e à minha filha pelo apoio e incentivo até a esta etapa da minha vida.

Agradeço profundamente a professora Edilene Toledo pela orientação, apoio, dedicação, profissionalismo, compreensão, sugestões e amizade para concluir este trabalho.

A todos os professores da UNIFESP, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Aos vários amigos e colegas da UNIFESP, pelo convívio e amizade ao longo da graduação. Agradeço o apoio, incentivo e afeto.

E a todas as pessoas que, direta e indiretamente, contribuíram para elaboração deste trabalho.

*“[...] Eu quero lutar, até mesmo exangue,  
Vencer ou morrer – angústias não meço  
E hei de estancar da pátria esse sangue.”*

Benedito A. Trama  
*Guarulhos – Jornal*

## **RESUMO**

Esta monografia tem por objetivo analisar e discutir os dias do Movimento Constitucionalista de 1932 na cidade de Guarulhos e sobre a memória do evento nos dias presentes.

As primeiras medidas das autoridades locais, a reação da população, os impactos imediatos e os desdobramentos do conflito na cidade, a mobilização para o esforço de guerra, os atores a frente deste processo, e a memória do evento serão examinados e explorados.

Palavras-chaves: História, História local, Memória.

## **ABSTRACT**

This monograph has the objective of analyzing and discussing the days of the Constitutionalist Movement of 1932 in Guarulhos and about the event memory nowadays. The first actions by local authorities, the population's reaction, the immediate impacts and the development of conflicts in the city, the mobilization for the war effort, the actors at the head of this process, and the memory of the event will be examined and explored.

Key words: History, Local History, Memory.



## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1– Área central de Guarulhos entre 1930 e 1940	43
Imagem 2 – 1º Brasão de Armas Municipal de Guarulhos	62

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>52</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>62</b>
<b>FONTES BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>65</b>

## 1. Introdução

Esta monografia tem por objetivo dissertar sobre os dias do Movimento Constitucionalista de 1932 na cidade de Guarulhos e a sua memória nos dias presentes.

Os reflexos imediatos durante os dias do conflito, a reação das autoridades e da população diante do cenário de guerra serão examinados, assim como sua memória nos dias presentes.

No Capítulo I, dissertaremos sobre os impactos ocorridos do conflito para a cidade, elencando os atores identificados na pesquisa e suas reações e ações diante do cenário surgido em 09 de julho de 1932, e no Capítulo II, a discussão será sobre a memória do conflito na cidade nos dias atuais.

*Revolução Constitucionalista de 1932*: é desse modo que é referido o evento celebrado na data magna do Estado de São Paulo. No ideário paulista, no dia 09 de julho de 1932, o Estado assumiu a missão de libertar o Brasil da *ditadura*, o assim chamado Governo Provisório de Getúlio Vargas, instituído após a *Revolução de 1930*.

A razão alegada por São Paulo para pegar em armas e derrubar o *ditador* Vargas era implementar a constitucionalização no país<sup>1</sup>. Para isto, contava com o apoio de outros Estados brasileiros, mas a adesão não ocorreu conforme o planejado, e os paulistas se viram praticamente sozinhos na luta. Esse foi o maior conflito armado travado em solo brasileiro no século XX.

O movimento armado pela constitucionalização do país seria derrotado em menos de três meses. Contudo, dois anos depois, em parte devido a esse movimento, o Brasil teria uma Constituição promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte.

A *Revolução Constitucionalista* já foi objeto de inúmeros estudos e reflexões produzidas pela historiografia, sem falar na extensa literatura memorialística produzida febrilmente poucos meses após a capitulação de São Paulo.

É de se supor que o tema já esteja esgotado, mas a mitologia e ideologia políticas colocadas em ação prática em 09 de julho de 1932 não se esgotou em 02 de outubro do mesmo ano<sup>2</sup>.

---

1 Ressalte-se que já estava marcada para o ano de 1933, eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

2 Data da rendição do Estado de São Paulo.

Elas continuam em circulação, sendo ressignificadas e ainda ensejando ações políticas e ideológicas e servindo de estofa cultural e identitário de grupos sociais contemporâneos que os valorizam e se reconhecem nos *valores* pelos quais os paulistas em 1932 pegaram em armas, e que acreditam na singularidade dos habitantes do *Estado Bandeirante*.

No cenário político brasileiro recente, as disputas nacionais sempre contam com a presença de políticos paulistas, os quais apresentam-se com as credenciais de dirigentes (ou ex dirigentes) da unidade federativa que é um colosso econômico ou que realizaram ou colocaram em andamento as maiores obras públicas do país.

É uma narrativa política que possui raízes profundas na mitologia do Estado, construída desde a ascensão do café no século XIX, que em 1932 foi utilizada como argumento ideológico para, entre outros, que o Estado se levantasse em armas para o *salvar o Brasil*, e que segue presente até os dias de hoje.

Centralização e descentralização; luta pela autonomia política no Estado de São Paulo; perda de espaço político nos cargos da administração, ocasionando descontentamento da classe política paulista com o Governo Provisório; insatisfação da burguesia paulista com as novas políticas econômicas e trabalhistas de Vargas; frustração das classes médias e populares com o Governo Provisório pela não resolução da crise econômica; reação diante da perda do poder político local e regional; e por fim, o discurso exigindo e tentando pela força das armas, a constitucionalização do país, o que traria um reposicionamento de poder que, pensavam os paulistas, lhes traria de volta ao seu lugar de direito, que era um papel central no novo desenho político a ser realizado.

Estas são algumas das principais questões abordadas pela historiografia em suas reflexões sobre 1932, que também discute o papel de outras classes sociais paulistas (e a de outros espaços), e outros atores, assim como se houve adesão e mobilização espontânea ou se foram massa de manobra da burguesia paulista.

A luta armada de 1932 não possui um consenso da historiografia em como defini-la: movimento, guerra civil, revolução, levante são alguns conceitos utilizados para explicar a luta armada de 1932.

Angela Maria de Castro Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho (1980 apud Ribeiro, 2017, p. 230) definem 1932 como uma guerra civil, sendo decorrente de uma disputa política intensa após a *Revolução de 1930*.

A centralização/descentralização do poder político no Brasil era o tema deste

debate que colocou em campos opostos dois grupos que até então eram aliados em 1930: o movimento tenentista e as oligarquias regionais dissidentes. Em São Paulo, “tal confronto assumiria contornos especiais, quer pela incisiva intervenção do tenentismo amparado pelo Governo Provisório, quer pela radical reação das forças políticas paulistas”(1980 apud Ribeiro, 2017, p. 230 e 231).

Os historiadores concluem que a política centralizadora de Vargas via tenentes foi o principal motivo para a guerra de 1932, pois os paulistas reagiram diante da perda de seu poder político local e regional.

Maria Helena Capelato, que define 1932 já no título do livro escrito em 1981 como *O movimento de 1932: a causa paulista* (CAPELATO, 1981, grifo nosso), aponta que a constitucionalização era um assunto secundário para os paulistas, pois a questão era a ingerência dos tenentes no Estado.

[...] diretores do PD sempre tinham sido de opinião de que a Constituinte poderia ser protelada se o Governo do Estado fosse entregue ao partido. O que se pretendia efetivamente era a nomeação, para a Interventoria, de um paulista, civil e membro do Partido (CAPELATO, 1981, p. 48).<sup>3</sup>

Capelato aponta um fator oculto no discurso ideológico paulista, que era

---

3 O Partido Democrático (PD) de São Paulo (1926 – 1934), fundado por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP), foi criado no contexto da grande agitação política e social dos anos 1920, os quais seus próceres creditavam a responsabilidade ao PRP e ao seu aliado Partido Republicano Mineiro (PRM), julgados incapazes de encaminhar devidamente a conturbação do cenário nacional. Apesar de não ser um consenso na historiografia, muitos o apontam como representante das classes médias. Aliado de Vargas nas eleições de 1930 e no movimento armado de 03 de outubro conhecido como *Revolução de 1930*, a partir de 1931 o PD entraria em uma intensa disputa com os tenentes em busca de espaço político no governo do Estado São Paulo. As renhidas disputas ocasionaram o rompimento com Vargas e uma aliança com seu rival local, o PRP, criando a Frente Única Paulista (FUP) e a movimentação que levaria ao conflito armado desencadeado em 09 de julho de 1932.

O seu novo aliado PRP (1873-1937), aceitou de bom grado a composição com seus antigos membros, em busca de recuperar o espaço político perdido em 1930. O PRP foi uma importante agremiação política no Estado de São Paulo e no plano Federal, com quadros formados por grandes cafeicultores do Estado, que buscavam converter seu poder econômico em poder político, favorecendo seus interesses. A autonomia das províncias e a descentralização administrativa no regime federativo eram as bases de sua atuação política. O partido tornou-se um grande protagonista no cenário político do Brasil, elegendo governantes da Província de São Paulo e presidentes do Brasil em aliança com Partido Republicano Mineiro (PRM), onde alternavam políticos mineiros e paulistas na conhecida “política de café com leite” até a sua queda em 1930. PARTIDO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO (PD) , PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA (PRP). Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Disponível em :<<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/6>>. Acesso em 01 de dez. De 2018.;

PRADO, Maria Ligia C. "O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926/1934)". Revista de Historia (USP), São Paulo, v. 117, n.117, p. 71-85, 1985. Disponível em :<<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61345>>. Acesso em 01 de dez. 2018.

esconder as lutas de classes. Em 1932 ocorreram muitas greves em São Paulo, causando inquietação na elite paulista, que não viam com bons olhos a nova política do Governo Provisório junto à classe trabalhadora, atendendo algumas de suas pautas.

Stanley Hilton (1982 apud Ribeiro, 2017, p. 233) considera 1932 uma guerra civil<sup>4</sup>, pois o conflito desencadeou mobilização em outras regiões, seja do Governo Provisório para liquidar o levante, sejam tentativas em apoio aos paulistas.

Hilton afirma que a justificativa da necessidade da constitucionalização dos paulistas para derrubada de Vargas é somente um subterfúgio para o verdadeiro intento, que era recuperar a hegemonia política paulatinamente perdida em 1930.

Emília Viotti da Costa (1982 apud Rodrigues, 2010, p.133) considera que o conflito de 1932 deve-se ao amplo conjunto de interesses aglutinados em 1930. Apesar da união, logo após outubro de 1930 as divergências e as disputas que marcaram a conturbada década surgiram.

“A oposição era um amálgama de interesses os mais contraditórios e dos mais variados projetos. Por um momento todos se tinham unido para derrubar o Governo, mas encerrada esta fase, os conflitos já emergiam” (1982 apud Rodrigues, 2010, p.133).

Em São Paulo, Viotti da Costa ressalta que este choque foi mais acentuado. Os seguintes atores estavam em uma tensão contínua: O Partido Democrático (PD), que era aliado aos tenentes e que agora estavam em disputa, o Partido Republicano Paulista (PRP) que estava ressentido com seu deslocamento do poder e os comunistas, emergindo como uma ameaça para as classes dominantes<sup>5</sup>.

4 O subtítulo de seu livro é: *A guerra civil brasileira*.

5 O Partido Comunista do Brasil (PCB) fundado em 1922, passou grande parte na ilegalidade nos anos 1920. Em janeiro de 1927, recuperou a legalidade, e em agosto do mesmo ano voltou à ilegalidade, mas antes disso, formou o Bloco Operário, que se tornaria o Bloco Operário Camponês (BOC) logo depois, esta iniciativa visava ampliar sua base de apoio e compor uma frente eleitoral com a pequena burguesia.

Segundo Edgar de Decca (2004, p.81), em 1928 o BOC, o tenentismo e o Partido Democrático de São Paulo, apesar das propostas políticas diferentes e divergentes, “[...] apareceram unidos em torno de um *acordo tácito* capaz de imprimir uma direção política à luta de classes através de dois delineamentos básicos: a luta contra o fantasma da oligarquia e a aceitação de Luis Carlos Prestes na liderança do movimento de oposição.”

Este acordo funcionou até 1929, quando o BOC, liderando greves operárias, defendendo leis sociais e dos direitos políticos, entre outras ações junto ao proletariado, foi deslocado do campo de oposição pelos atores políticos tidos como aliados, por “[...] transgredir as regras do jogo político” (Decca, 2004, p.105).

Estas ações do BOC geraram o temor de uma revolução para além do afastamento das oligarquias e de seu sistema político construído desde 1889. Este temor chamava-se comunismo, e era algo que nem o governo e nem a oposição poderiam aceitar. DE DECCA, Edgar S. 1930: O Silêncio dos Vencidos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)

A autora explica que a disputa no mercado do trabalho estava ganhando vulto, contrapondo os interesses dos operários e patrões, e que havia insatisfação no meio militar.

Viotti da Costa defende que apesar desta inquietação perpassando estes grupos sociais, é fato que foram as elites que estimularam o processo que resultaria no confronto.

“a iniciativa vem de cima, mas é fácil mobilizar as massas descontentes; estas apoiam ruidosamente os comícios promovidos pela Frente Única, que reivindica eleições para uma assembleia constituinte”(1982 apud Rodrigues, 2010, p.135).

Segundo Dulce Chaves Pandolfi (1987), o movimento armado de 1932 foi o acúmulo da tensão política existente naquele momento:

[...] levaria à realização de eleições e à reativação dos partidos políticos. Para os agrupamentos desalojados do poder, tal perspectiva era alentadora.

A ebulição eleitoral deveria acarretar vantagens para as oligarquias tradicionais, já que estas exerciam forte controle no majoritário eleitorado rural. Não foi por outra razão que esta bandeira funcionou como um polo aglutinador dos elementos mais díspares, mobilizando não apenas as facções explicitamente contrárias à Revolução de 30, como também alguns segmentos nitidamente "revolucionários" e até mesmo partidários do governo Vargas que, temerosos com o avanço do tenentismo, abraçaram a causa constitucionalista (PANDOLFI, 1987, p. 11).

Considerando 1932 como “momento privilegiado do processo das relações de classe no Brasil, onde aparecem com bastante clareza os mecanismos de dominação de uma classe sobre o conjunto da sociedade” (1988 apud Ribeiro, 2017 p. 232), Holien Gonçalves de Bezerra analisa o conflito a partir de uma perspectiva marxista, onde defende que a classe trabalhadora não foi cooptada pelo apelo da guerra, por entender que ela fazia parte dos interesse da classe dominante.

Mas, segundo o mesmo autor, a classe média foi seduzida e utilizada como massa de manobra pela burguesia paulista, pois:

---

Disponível em  
<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>.  
Acesso em 01 de dez. 2018.

É um traço característico da classe média sua postura mais conservadora do que revolucionária. [...]

Os integrantes desta classe acumularam certo capital, seja em bens seja em conhecimentos e habilidades profissionais.

Sentem-se injustiçados se uma nova sociedade vier anular os frutos de seus esforços, nivelando a todos aquilo que foi conseguido com extremo sacrifício somente por alguns (BEZERRA, 1988 apud Ribeiro, 2017 p. 232).

Bezerra também afirma que a justificativa dada pelo conflito, a constitucionalização, não passava de uma desculpa para recuperar o poder.

Sobre o fim do Governo Provisório e a necessidade de uma constituição, critica que poucos autores mencionam que já estava marcada a Assembleia Nacional Constituinte desde o primeiro semestre de 1932, para o ano seguinte.

Em sua tese de doutorado, Jeziel de Paula (2001), aponta a existência de um paradoxo, pois apesar do tema já ter sido discutido por diversos pesquisadores, sendo até apontado como um fato histórico desgastado, o autor afirma ter encontrado em sua pesquisa o contrário, pois considera que alguns aspectos principais seguiam ignorados, apesar da abundância de fontes e de ser um episódio marcante da nossa história.

De Paula atribui este esquecimento às principais interpretações que apontam que de 1930 a 1950, prevaleceram as versões dos vencedores e a dos vencidos, na qual a primeira considera um episódio inconveniente e agiram para submergir da memória, e a dos vencidos, cujo discurso classifica a guerra de forma heroica, o que desagradava os grupos sociais fora de São Paulo.

De 1960 a 1980, De Paula argumenta que prevalecem as versões da direita e da esquerda. A direita agia para ocultar uma guerra civil que colocou contingentes do Exército Brasileiro em lados opostos, e a esquerda qualificou-a simplesmente como uma “contrarrevolução oligárquica”.

De Paula afirma que desde os anos 1970, estas versões vêm sendo questionadas pela historiografia, porém aponta que nos vestibulares, as questões de história sobre o tema, estas reavaliações ainda não aparecem.

Analisando os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932 na cidade de São Paulo, Vavy Pacheco Borges e Ilka Stern Cohen (2004, p. 292), apontam que, de modo geral, a historiografia estabelece uma sequência destes eventos que se



encerra em 1964, caracterizando um “processo revolucionário”.

Porém, as autoras discordam desta interpretação: “por mais que pareçam ligados e que tenham de fato traços comuns, é necessário diferenciar esses movimentos em suas motivações e finalidades.”<sup>6</sup>

Segunda as autoras, a luta em que São Paulo se lançou contra o Governo Provisório em 1932 encerrava em si um caráter regionalista, em que São Paulo, desde a sua ascensão econômica derivada do café, se apresentava como a vanguarda do progresso e da modernidade, que saberia guiar o país:

O Estado de São Paulo era apresentado como o motor da economia nacional, graças ao café, e à nascente industrialização, imagem reforçada pelas elites dirigentes que enfatizavam o Estado como superior aos demais, “à locomotiva que puxa outros vagões”. Esse era o panode fundo que forjava o mito do patriotismo paulista e confirmava a “vocaçã paulista”, aquela que sabia o que era melhor para o Brasil. Exaltava um “São Paulo” personificado, unificado, sem diferenças de classes, regiões ou partidos e que seria o maior sujeito da História do Brasil (Borges e Cohen, 2004, p.292).

Essa ideologia seria fartamente mobilizada em 1932, e mesmo depois, seguindo até os dias presentes, como apontamos na introdução deste trabalho.

Borges e Cohen (2004), traçam o seguinte panorama sobre os movimentos armados de 1924, 1930, e 1932: “Brasil contra São Paulo e São Paulo contra o Brasil”<sup>7</sup>. Em 1924, sendo palco de confrontos entre facções militares, a cidade foi bombardeada por forças leais ao Governo Federal; em 1930 a cidade foi ocupada e foi afastado o PRP do poder, e

[...] em 1932 a Cidade foi centro irradiador de um plano revolucionário que pretendia mais uma vez “repor o Brasil nos trilhos”, desta vez retomando o antigo esquema de autonomia e dominação, recuperando o papel hegemônico do Estado no nível Federal”(Borges e Cohen 2004, p.293).

---

6 BORGES, Vavy Pacheco, COHEN, Ilka Stern. Cap. 08. A Cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932.p. 291-339. IN: \_\_\_\_\_ HISTÓRIA da cidade de São Paulo, v. 3: a cidade na primeira metade do Século XX/ Organizadora Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.292.

7 Idem, p. 293.

Ponderando sobre historiografia e a memória, Borges e Cohen assinalam que existem duas versões antagônicas da guerra, derivadas das disputas em jogo. Assim como Jeziel de Paula (2004, p.336) aponta, as autoras afirmam o seguinte sobre estas versões: “[...] a paulista, triunfalista, e a versão do Governo Federal da época – que a considerava uma contra-revolução.”<sup>8</sup>

Apesar de o movimento não ter sido uma unanimidade, as críticas foram submergidas pela memória oficial, e após o fim do conflito surgiram manifestações daqueles que sentiram ludibriados pelo discurso dos atores políticos.

Avaliando as razões que desencadearam o conflito, Suely Robles de Queiroz (2004, p. 36), considera que não foi somente a contrariedade das oligarquias agrárias cujos interesses vinham sendo afetados pelo Governo discricionário, como defende parte da historiografia. Vários atores sociais atuaram na guerra: índios, negros e operários.

Em seu artigo sobre a participação dos negros em 1932<sup>9</sup>, Petrônio José Domingues (2003, p. 207), ao discorrer sobre a composição do Exército constitucionalista, (Força Pública Paulista, unidades do Exército Federal sediadas em São Paulo e voluntários civis), aponta que alguns batalhões de voluntários civis, possuíam um “[...] recorte étnico ou nacional como o de italianos, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, alemães, ingleses e índios guaranis. Estes últimos foram empregados nas tarefas auxiliares.”<sup>10</sup>

Neste artigo Domingues analisa o envolvimento dos negros na guerra de 1932, demonstrando como se operou a atuação deste grupo social<sup>11</sup>, como era visto por outros segmentos sociais esta atuação, e de como a historiografia e literatura memorialista omitiu a sua participação ou a abordava de forma exígua.

Esse “silêncio” (e porque não dizer exclusão) sobre alguns personagens ou segmentos raciais na história é fruto do etnocentrismo reinante na produção acadêmica. Em certa medida, o negro ainda é considerado um ser “invisível”, sem experiências e vivências socioculturais específicas, muitas vezes desprovido de importância na construção do cenário histórico

---

8 Idem, p.336.

9 DOMINGUES, P. J.. Os 'Pérolas Negras': a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. Afro-Asia (UFBA), Salvador, n.29/30, p. 199-245, 2003. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21058>>. Acesso em 01 de dez. 2018.

10 Idem, p. 207.

11 Que fundou “[...] inclusive batalhões específicos batizados de “Legião Negra”. Os legionários eram conhecidos no imaginário popular como *Pérolas Negras*.” DOMINGUES, P. J, Op. cit. p. 200.

nacional.<sup>12</sup>

Sobre os operários, Domingues aponta ser outro “sumiço” da memória de 1932, pois esta classe social não esposou a “causa paulista”: “Embora a documentação e os memorialistas pretendam ocultar, a classe operária estava incomodando a classe dominante e não apoiou a guerra paulista.”<sup>13</sup>

Queiroz explica que os operários “Produziram a munição exigida pelos patrões, mas permaneceram indiferentes ao chamado das armas.”<sup>14</sup>

Queiroz (2004, p.36) argumenta que os industriais paulistas estavam descontentes com as medidas econômicas adotadas e que uma parte das elites defendia projetos políticos diferentes.

Os dirigentes paulistas em geral, não obstante as dissensões internas, queriam a continuidade do liberalismo, no qual o indivíduo se sobrepõe ao Estado e este é entendido como lugar de representação de classe, prevalecendo a autonomia e a livre iniciativa (QUEIROZ, 2004 p.36).

Como o grupo que tomou o poder em 1930 não atendia esta perspectiva, a intervenção estaria justificada, na perspectiva dos industriais.

Em São Paulo, o descontentamento ocorria pelo que se via como uma quebra do acordo que levou Vargas ao poder, como a nomeação de interventores não paulistas para o Estado e a crescente centralização política do Governo discricionário.

A elite, por exemplo, insurgia-se por causa de medidas tomadas pelo interventor que a desagradavam, tais como a legalização do partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, e a política de aproximação com a classe operária. Além disso, os de São Paulo percebiam o rumo centralizador que tomava o governo Vargas. Para eles, somente uma Constituição impediria este rumo (QUEIROZ, 2004 p.35).

---

12 Idem, p. 204.

13 Idem, 226.

14 QUEIROZ, Suely Robles de. Cap. 01.O município entre greves, uma guerra e duas revoluções (1899 – 1932), p.24-39. IN: \_\_\_\_\_ HISTÓRIA da cidade de São Paulo, v. 3: a cidade na primeira metade do Século XX/ Organizadora Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 36.

Queiroz (2004) afirma que o Movimento Constitucionalista não pode ser definido como uma revolução, pensada no conceito clássico em que a violência é exercida para alterar uma estrutura social e política. Na sua interpretação:

“Todas tinham intenções reformistas, mas não pretendiam nem mesmo uma reforma democrática-burguesa<sup>15</sup>.”

A autora conclui que o movimento não significava somente a intenção da volta das oligarquias agrárias ao poder, mas acabou por afastá-la e encerrar a preponderância de São Paulo no cenário político.

O conflito levou a uma grande mobilização no Estado, como já mencionado: figuras importantes da sociedade política e intelectual, população, indústria, comércio, instituições de ensino, entre outras organizações e personagens, empenharam-se com recursos materiais e humanos disponíveis para que São Paulo obtivesse sucesso em sua empreitada militar.

Queiroz (2004, p.35) afirma que os diversos grupos engajados possuíam interesses próprios, mas ressalta que no discurso direcionado para a sociedade seus interesses particulares eram vendidos como de interesse geral.

Marco Antonio Villa (2008 apud Rodrigues, 2010, p. 140) refletindo sobre as interpretações que defendem a manipulação das massas pela burguesia, e as imagens que exibem a ampla mobilização social a favor da luta armada, argumenta que 1932 foi constituída da espontaneidade da população de São Paulo, desapontada com a inabilidade dos tenentes e do Governo Provisório que estavam no poder em resolver as suas demandas, entre elas, constituir um regime democrático e constitucional.

A nosso ver, esta é uma proposição bastante controversa, visto que o trabalho de ganhar corações e mentes paulistas para lutar pela ordem, liberdade e Constituição, foi executada por figuras de relevo das classes médias e da burguesia por meio de diversos expedientes (rádio, jornais e oradores nos eventos cívicos).

João Paulo Rodrigues em artigo publicado em 2010, explicando as diversas formas adotadas pela historiografia para conceituar 1932, prefere determiná-la como levante, (p. 132) visto que o conceito de revolução utilizado e consagrado não se sustenta, pois este remete à construção de uma nova realidade social e política, diferente de tudo de que já houve até então.

O autor considera o termo guerra como insuficiente, visto que as operações

---

<sup>15</sup> Idem, p. 36.

militares realizadas durante o conflito estão aquém daquilo que se espera “[...] para uma guerra nos parâmetros já conhecidos no período” (Rodrigues, 2010, p. 132).

Rodrigues aponta que entre 1930 e 1932 havia uma crescente insatisfação, com destaque para São Paulo, cuja disputa entre os tenentes e a classe dominante paulista estava envolta em um quadro de crise econômica derivada de 1929, que afetava toda a população, conjugada com as disputas entre as classes trabalhadoras e os patrões.

Era importante para a classe dominante cooptar outros segmentos sociais pois “[...] conquistar o apoio das massas descontentes passa a ser uma tarefa elementar, [...] e decidir quem deteria a preponderância política na república dos anos trinta”(Rodrigues, 2010, p. 149).

Felipe Castanho Ribeiro (2017) argumenta que abordagens que consideram 1932 para além de seu ano de acontecimento e entendidas como um conflito nacional<sup>16</sup> possibilitariam ampliar a compreensão do que, de fato, foi o movimento armado de 1932.

Por conta da produção majoritariamente paulista sobre 1932, infere-se que somente o Estado de São Paulo estava insurrecto e que o restante do país não possuía divergências com o Governo Provisório. Houve poucos trabalhos analisando 1932 em outras regiões.

Analisando a historiografia do evento, Ribeiro afirma que este é um ponto não muito explorado. Em sua avaliação, alguns trabalhos já indicavam as divergências fora do Estado paulista com o Governo Provisório, como o livro de Hélio Silva, *1932 – a guerra paulista*, produção não historiográfica, que compõem a coleção *O Ciclo de Vargas*, notório pela coleta e apresentação de diversas fontes desde 1930 (Ribeiro, 2017, p. 228) e o já citado *1932 – a guerra civil brasileira*, de Stanley Hilton.

Ribeiro destaca dois trabalhos recentes que trabalham nesta perspectiva: a tese de doutorado de Raimundo Helio Lopes, que afirma o seguinte sobre a guerra de 1932:

[...] sendo mensurada em 85 dias, iniciou-se em 9 de julho e terminou em 2 de outubro do mesmo ano, ela teve complexas ligações com outros eventos mais longos, como a chamada “Revolução de 1930”, sua política

---

16 Ribeiro classifica o evento como guerra civil.

administrativa, as diversas interventorias estaduais, os projetos de República e constituições que se confrontavam. [...] (2014, apud Ribeiro, 2017, p. 242).

A proposição de Lopes é que o novo desenho político construído após 1930 permitia que Estados sem espaço na Primeira República, pudessem ter maior representação, por isso o apoio do Ceará ao Governo Provisório. Não era interessante para este Estado e outros um projeto que restaurasse a supremacia paulista no país. Isso não significa que não houve movimentação contrária. Por meio dos periódicos, Lopes identificou movimentos simpáticos à constitucionalização (2014 apud Ribeiro, 2017, p. 242).

O outro trabalho é o de Walter Pinto Oliveira, tese de mestrado defendida em 2012, o qual estuda uma unidade do Exército que se rebelou no Pará, e demonstrando a ocorrência de manifestações constitucionalistas no Estado (2012 apud Ribeiro, 2017, p.243).

Oliveira elenca que houve vários motivos para o levante, como promoções militares e descontentamento com a postura do interventor do Estado.

O autor situa o evento dentro de um contexto amplo, de apoio à causa paulista e que também visava criar uma manobra diversionista que permitisse aliviar a pressão militar sobre eles (2012 apud Ribeiro, 2017, p. 243).

Sobre o Movimento Constitucionalista em Guarulhos, existem algumas menções sobre os impactos e ações na cidade, no livro *Cronologia Guarulhense Vol. 01*, obra do memorialista João Ranali, e é o único que apresenta uma abordagem sobre o tema.

Ranali traz uma visão factual a partir da documentação dos atos governativos do Governo Municipal, descrevendo as medidas tomadas pela municipalidade em razão do conflito.

A criação de uma Guarda Civil Municipal e a redução de viagens para o bairro da Penha – São Paulo, são algumas destas medidas tomadas pelo Executivo Municipal descritas por Ranali<sup>17</sup>.

Também consta em sua obra o valor arrecadado por Guarulhos para a *Campanha do Capacete de Aço* e o nome de funcionários da Prefeitura licenciados

---

17 RANALI, JOÃO. Cronologia Guarulhense: Guarulhos, Da cruz implantada no alto do Eperê, em 08 de dezembro de 1560 à eclosão da Revolução de 1964, 1 v.: Artes Gráficas Guarulhos S/A, 1986.p.108-109.

para lutarem na guerra.

Em seu livro *Repaginando a História*, publicado em 2002, Ranali traz acréscimos da história de Guarulhos já escrita anteriormente<sup>18</sup>, mas a Revolução de 1932 não é abordada.

No livro publicado no IV centenário da cidade (1960), *Guarulhos Cidade Símbolo*, do memorialista Adolfo de Vasconcelos Noronha, 1932 não é citado. Noronha somente informa quais foram os prefeitos à época do nosso recorte de pesquisa. No seu outro livro, *Guarulhos 1880-1980*, escrito com José Gasparino Romão, publicado no ano do centenário da emancipação de Guarulhos (1980), procede da mesma forma.

Na *Revista de Educação, Educação Patrimonial Guarulhos: história, Cultura e meio ambiente*, da Prefeitura Municipal de Guarulhos, publicada em 2012 com intuito de fornecer aos educadores da rede municipal informações sobre a cidade, constam pequenas referências sobre 1932.

Descrevendo as transformações urbanas no centro Histórico, explica-se que algumas ruas tiveram seus nomes mudados em razão de questões políticas relacionadas ao Movimento Constitucionalista.

No capítulo *Lutas sociais*, 1932 é abordado, descrevendo que foi criada a já mencionada Guarda Civil Municipal, com a justificativa de organizar uma tropa militar para a luta em prol da constitucionalização e um Conselho Consultivo Municipal (CCM). E que segundo populares, forças militares ocuparam duas casas situadas em pontos considerados importantes em caso de invasão.

Apresentadas aqui algumas das menções que os memorialistas e a historiografia local produziram sobre 1932 em Guarulhos, iremos na próxima seção discorrer sobre os seus impactos na cidade.

## **2. Capítulo I – Uma história do Movimento Constitucionalista em Guarulhos**

Emancipada em 1880 e distante 17,7 km da Capital paulista, Guarulhos em 1932 era uma cidade com pouco mais de dez mil habitantes<sup>19</sup> e com menos de 500 eleitores<sup>20</sup>, conforme a última eleição do período.

18 João Ranali escreveu a que é considerada a “primeira obra Historiográfica de Guarulhos” em 1945. In SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos – SP*. São Paulo: Annablume, 2006. p.37.

19 SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Op. Cit., p. 96.

20 RANALI, JOÃO. Op. Cit., p. 99. registro de agosto de 1930, para eleição de um senador estadual.

Carlos José Ferreira dos Santos (2006, p. 111) ao analisar o perfil econômico da cidade entre o final do século XIX e a primeira metade do século seguinte, a partir dos relatórios produzidos pelo prefeito José Maurício de Oliveira e de dados obtidos de órgãos municipais e estaduais, classifica Guarulhos como componente do “cinturão verde e/ou agrícola da Capital”.

A partir destas fontes, Santos demonstra que a cidade possuía uma pequena produção agrícola, basicamente de hortifrutigranjeiros, onde a maior parte destinava-se a abastecer a Capital. Neste período, Guarulhos constituiu-se como o principal fornecedor de materiais para prover a cidade de São Paulo em seu processo de urbanização.

Tijolos, telhas, cerâmicas, areia, pedregulho cal, e madeira foram direcionados para a Capital para suprir a sua crescente expansão.

Eram “Essas características produtivas que marcaram a vida econômica e o desenvolvimento urbano e social de Guarulhos por toda a primeira metade do século XX” (Santos, 2006. p.106).

Este desenvolvimento urbano nas áreas onde estavam localizadas as cerâmicas, olarias, portos de areia e áreas servidas pelo Tramway da Cantareira (Vila Galvão, Torres Tibagy, Gopoúva, e a Estação Guarulhos área central da cidade) possuíam, afirma Santos (2006, p. 106) “[...] um intercâmbio maior com São Paulo [...] consolidaram suas relações sociais, culturais e econômicas como subúrbio paulistano e não como subúrbio de Guarulhos.”

Ao longo dos anos 1930, haverá uma ampliação da industrialização no município como extensão da industrialização do município de São Paulo, iniciada nas décadas anteriores com a produção industrial de cerâmica e tecidos, mas, a grande explosão industrial e populacional que transformou radicalmente Guarulhos ocorreu somente na década de 1950.

Guarulhos seria vivamente impactado pelas ondas políticas vindas da Capital, no que Queiroz (2004 p. 36), a definiu como “[...] a caixa de ressonância dos acontecimentos políticos ocorridos tanto no Estado quanto no país. [...]”

Assim como as demais cidades brasileiras, teve sua Câmara Municipal dissolvida e o prefeito destituídos em 1930, que a partir de então, seriam nomeados<sup>21</sup> pelos interventores estaduais, que por sua vez eram nomeados pelo Governo Provisório.

---

21 Os prefeitos exerceriam as funções executivas e legislativas a partir do Decreto nº19.398/30.



Em nossa pesquisa, identificamos atores que exerceram papéis importantes diante da eclosão do Movimento Constitucionalista de 1932, articulando e coordenando ações de mobilização ou cooptando mentes e corações para que a população guarulhense participasse do esforço de guerra, pelos meios que lhe eram possíveis contribuir.

A seguir, discorreremos sobre estes atores e os reflexos do conflito no cotidiano da cidade e da população.

## 2. 1. A Prefeitura Municipal

A Prefeitura tornou-se o centro articulador da mobilização, e adotando as primeiras medidas para responder aquela que foi a primeira consequência na cidade na passagem do dia 09 para 10 julho de 1932: a saída do efetivo da Força Pública.

A resposta a isso foi o Ato Municipal 81<sup>22</sup>, de 10/07/1932, que criou uma Guarda Civil Municipal cujo objetivo era “[...] manter a ordem pública para garantia do êxito dos ideais paulistas. [...]”

Criada inicialmente para ser composta por 50 homens, cujos soldos seriam fixados pelo Conselho Consultivo Municipal (CCM), a Guarda Civil Municipal foi reduzida para trinta homens sem soldo, sendo fornecidas refeições quando não pudessem alimentar-se em casa (Ato Municipal nº 86, de 19/07/1932).<sup>23</sup>

Ranali registra que o Delegado Técnico nomeado pelo Governo do Estado<sup>24</sup>, responsável pelo policiamento da cidade, solicitou o seu fim em 01/08/1932.

Sobre o CCM, devido à ausência de mais documentos, aparentemente foi criado para auxiliar a municipalidade diante dos eventos após o 09 de julho. Os seus membros ficaram à disposição do Delegado Técnico Major Alcides Penteado, conforme foi registrado na Ata<sup>25</sup> da Câmara de Vereadores de 18/07/1932, e teriam um papel importante para angariar recursos para a causa *revolucionária*.

Na cerimônia de posse do Delegado técnico, conduzida pelo prefeito Ariovaldo Panadés, em que estiveram presentes autoridades e funcionários da Prefeitura, foi “[...] posta à disposição do mesmo os recursos necessários ao integral desempenho da sua missão junto a esta Prefeitura. [...]”<sup>26</sup>

22 RANALI, João. Op. Cit., 1986, p.109.

23 Idem, p. 108.

24 Os Delegados Técnicos atuaram em conjunto com as autoridades dos municípios sobre as necessidades e contingências do Movimento Constitucionalista.

25 Atas da Câmara Municipal de Guarulhos, p. 18.

26 Idem, p.18.

Diante das contingências do movimento, o CCM emitiu parecer para a economia de gasolina, e em 19/07/1932, o Ato Municipal nº 83<sup>27</sup>, reduziu as viagens de ônibus para o bairro da Penha – São Paulo, economizando diariamente 30 litros de gasolina.

Essa diminuição foi revertida em 18/08/1932, pelo Ato Municipal nº 86<sup>28</sup>, pois a concessionária passou a utilizar gasolina misturada com álcool.

Apesar desta medida local, em 29/08/1932 a Prefeitura foi notificada pelo Departamento de Administração Municipal<sup>29</sup> (DAM) do Decreto nº 5.650, em que o Governo do Estado determinava que o consumo de gasolina para consumidores e para uso comercial ou industrial deveria ser:

[...] em casos devidamente justificados e mediante autorização, nesta Capital, da Inspetoria de Serviços Públicos da Secretaria de Viação e Obras públicas e, no interior, dos Delegados Técnicos, ou na sua falta, pelos Prefeitos Municipaes, aos quais incumbe verificar a necessidade do respectivo fornecimento. (DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Circular nº103, p. 1)<sup>30</sup>

A restrição se devia para atender as “necessidades militares” no Estado e a venda do combustível se daria com a apresentação de “coupons” emitidos pelas autoridades mencionadas.

O Decreto também determina que os carros particulares só poderiam circular com uma ficha de tráfego fornecida pelas autoridades, e dentro de suas respectivas cidades. Em circulação em outra cidade, deveriam possuir na ficha de tráfego o motivo de sua presença, sendo as autoridades locais responsáveis para averiguações.

A venda e/ou compra dos combustíveis e a circulação dos veículos fora dos parâmetros do Decreto, estavam sujeitas a multas.

Guarulhos possuía<sup>31</sup> uma frota aproximada de mais de 300 veículos e seus proprietários seriam afetados nas atividades em que os utilizavam em seu cotidiano.

27 RANALI, João. Op. Cit., 1986, p. 109.

28 Idem, p. 109.

29 DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Circular nº103. São Paulo, 29 de agosto de 1932.(cópia)

30 Em todas citações de documentos, foi mantido o português da época.

31 “[...] devidamente licenciados 124 autos de passeio, 05 ônibus, 139 caminhões, 52 triciclos e 2 autos oficiais. [...]” In RANALI, João. Op. Cit., 1986, p. 108.

Antes desta medida, eles já estavam circulando com outra imposição desde os primeiros dias de agosto: a necessidade de circularem com senhas policiais, conforme nota publicada no *Guarulhos – Jornal*, “[...] com a qual terão passagem livre nos pontos guarnecidos pela mesma Delegacia.<sup>32</sup>”

No dia 20/07/1932, por meio de uma Portaria<sup>33</sup>, a Prefeitura colocou o procurador municipal da cidade, Carlos Afonso Panadés, “[...] a disposição da Delegacia Técnica Militar de Guarulhos, instalada nesta Prefeitura [...]”, irmão do então prefeito, com a justificativa de atender “[...] a conveniência do serviço e necessidade da Causa Constitucionalista [...]”

A Prefeitura doou<sup>34</sup> para a *Causa constitucionalista*, 74 camisolas e 89 buchas vegetais<sup>35</sup> para o Departamento de Administração Municipal (DAM), fato noticiado pela *Folha da Manhã*, ao informar os donativos recebidos pelo movimento de diversas regiões.

No dia seguinte à entrega das buchas, o periódico *Guarulhos – Jornal*, publicou um apelo da Prefeitura para que a população doasse ou vendesse este produto<sup>36</sup>.

Outra atribuição conferida à Prefeitura foi centralizar a correspondência, enviando, recebendo cartas e o envio de pequenos volumes a serem remetidos aos soldados. Na edição de 31/07/1932 do *Guarulhos – Jornal*<sup>37</sup>, foi publicada a carta enviada pelo DAM à Prefeitura, determinando que “[...] deveis receber diariamente as cartas endereçados aos soldados e voluntários, [...] cartas e pequenos volumes endereçados aos soldados. [...]”

O Correio Militar M.M.D.C. operava este serviço e havia requisitado o apoio para manter sua regularidade de conservar esta linha de comunicação junto aos soldados e voluntários.

A carta determinava que a informação fosse publicada, para a ciência dos familiares dos voluntários e soldados.

Outra atividade exercida pela Prefeitura foi o recebimento e encaminhamento das doações obtidas através das listas de subscrições de dinheiro e donativos feitas

32 GUARULHOS – JORNAL. Guarulhos: GUARULHOS – JORNAL, 07/08/1932, p. 2.

33 Portaria, Guarulhos: Prefeitura Municipal de Guarulhos, Portaria de 20 de julho de 1932.

34 FOLHA DA MANHÃ. São Paulo: Folha da manhã, 28/07/1932. p. 4.

35 Idem, 10/09/1932. p. 05. Utilizado para fabricar buchas esterilizadoras, para uso dos soldados no *front*.

36 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit, 11/09/1932, p. 3.

37 Idem, 31/07/1932, p. 3.

pelos munícipes.

Em homenagem ao General Marcondes Salgado, falecido havia pouco tempo, a Prefeitura renomeou a rua 24 de outubro, atitude louvada pelo periódico *Guarulhos-Jornal*<sup>38</sup>.

A administração local se viu diante de contingências que demandaram respostas imediatas, como constituir o CCM, criar a Guarda Civil Municipal, entre outras medidas apontadas, além de ter o Delegado técnico atuando em conjunto e como elo com as autoridades civis e militares.

As medidas administrativas locais, o papel no repasse das informações das medidas das autoridades civis e militares do Estado junto à população e a atuação central no papel de mobilização colocou a municipalidade como um dos atores principais durante o Movimento Constitucionalista na cidade.

## 2.2. O GUARULHOS – JORNAL

Este periódico efêmero, que circulou somente durante os dias do conflito<sup>39</sup>, é uma fonte importante para conhecer a história deste período na cidade.

As seis edições atualmente existentes do periódico estão sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal, cujo conjunto contém as edições 01,02,04,07,08,09.

A publicação era dominical e possuía quatro páginas, que incluíam notas sociais, esportivas, religiosas, proclamas de matrimônio, notas de óbitos, anúncios e informes legais do município.

Contava com artigos que em geral eram políticos, remetendo ao contexto da época, cuja maior parte eram escritos pelo diretor-gerente, mas o periódico abria espaço para que outros cronistas escrevessem e não contava com venda avulsa, somente assinaturas.

Os anúncios eram publicados nas páginas centrais, sendo de comércios e serviços, identificados por treze tipos: nove da área central de Guarulhos, um do bairro Vila Augusta e três do bairro da Penha – São Paulo.

Os proprietários destes comércios e serviços foram encontrados como integrantes das Comissões que organizaram os *Grandes Festejos Pró-ouro da*

---

38 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 07/08/1932, p. 3. e Ranali, João. Op. Cit. p.109., sobre o Ato Municipal nº 85, que renomeou o logradouro.

39 A 1º edição foi em 31/07/1932 e última edição em 25/09/1932, uma semana antes da capitulação paulista.

*Victória*<sup>40</sup>.

Além dessa classe média urbana, podem ser encontrados na referida lista, os nomes de grandes proprietários de terras, profissionais liberais e industriais, que lideraram o processo de mobilização na cidade.

Sua circulação provavelmente se deu na área central de Guarulhos, onde podia ser encontrada a maior parte dos comércios e serviços, e nos bairros mais próximos, como Vila Augusta, Ponte Grande e Vila Galvão, áreas com maior relevância econômica e social.

Na primeira página de duas edições está anotado o nome do prefeito Panadés, assim como os escritos “Câmara Municipal”.

É possível concluir que eram documentos que estiveram sob a guarda da Câmara Municipal e/ou Prefeitura até a criação do Arquivo Histórico Municipal.

O Diretor-gerente era o jornalista Benedito A. Trama, que havia sido diretor do primeiro jornal de Guarulhos, chamado de *Tribuna de Guarulhos*<sup>41</sup>, de 1922.

Sua esposa, Ernestina Del Buono Trama, contadora, professora e futura vereadora da cidade, estava à frente do escritório comercial Trama. Tanto Trama como Del Buono são sobrenomes italianos, o que insere o casal no amplo fenômeno da imigração italiana para São Paulo. Embora não saibamos em que condições sociais eles emigraram, é de se supor que não fizessem parte da típica imigração italiana, formada por camponeses muito pobres que se dirigiram às fazendas de café com a imigração subsidiada.

A partir da análise de seus anúncios, do registro no jornal das visitas em sua redação, o periódico desempenhou um papel de veículo de mobilização política e ideológica na cidade em prol da causa constitucionalista.

O diretor e sua esposa desempenharam funções na realização dos *Grandes Festejos pró-ouro da Vitória*. Trama era membro da Comissão de Publicidade e Cooperadora de Guarulhos e sua esposa da Comissão das Senhoritas.

Em seu primeiro número, o *Guarulhos – Jornal* apresenta-se como um “veículo de progresso de todas atividades”, um baluarte da civilização, e, em específico, advogado do povo<sup>42</sup>, “[...] Além de apontar melhoramentos na cidade,

---

40 Festa realizada em 22 de agosto de 1932, em prol da *Campanha do ouro para o bem de São Paulo*, destinada a arrecadar recursos para o Movimento. GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit, 21/08/1932, p. 04.

41 NORONHA, Adolfo de Vasconcelos. Guarulhos Cidade Símbolo: São Paulo: Gráfica Schmidt, 1960. p. 93.

42 Sua alcunha é “Este jornal é o advogado do povo”.

instruir a população, indicar o caminho mais certo a seguir.”<sup>43</sup>

Apesar dos objetivos anunciados de sua missão, o periódico possuía um claro engajamento com a causa constitucionalista, o que é demonstrado na primeira edição, na qual temos uma imagem da antiga bandeira paulista, tornada símbolo do movimento, onde pode ser lido, abaixo dela:

“À sombra desta bandeira, os paulistas terçam armas pela salvação da bandeira do Brasil”, e à manchete “Promessa de Honra não Cumpridas.”<sup>44</sup>

Em suas páginas, temos artigos que elencam os motivos do levante de São Paulo e denunciam as arbitrariedades do Governo Provisório, com manchetes e subtítulos como “Qual brasileiro não quer ver seu país dentro da ordem e da justiça, da paz e da concórdia?”; “Vencer ou morrer! Eis o lema de todo paulista brioso, cômico da grande e sagrada causa que defende.”

Os feitos dos paulistas no *front* sempre são exaltados, eram publicadas fotos na primeira página de soldados e notícias<sup>45</sup> de munícipes locais ou mesmo de pessoas não naturais da cidade, mas que exerceram alguma atividade na cidade ou com parentesco com os residentes locais, objetivando demonstrar que a cidade e seus filhos lutam pela constitucionalização e pelo Brasil.

Outras fotos publicadas na primeira página são dos líderes do movimento, como o Governador Pedro de Toledo, os Generais Klinger e Isidoro Dias, Arthur Bernardes, entre outros.

O recurso visual objetivava trazer para mais próximo do leitor os acontecimentos em curso e era largamente utilizado pelos jornais (Capelato 1981, p. 35).

Em suas últimas edições nota-se a diminuição do engajamento político, com um menor número de artigos e notas a favor da do Movimento Constitucionalista e aumento de notícias comuns.

O periódico exercia o que Borges e Cohen (2004, p. 329) apontaram como de importância para manter o clima de otimismo: a veiculação de notícias positivas, pois, nas edições iniciais, eram frequentes notícias que possuíam intenção de manter o entusiasmo pela guerra. Em sua primeira edição, a folha guarulhense havia um subtítulo afirmando que “Os resultados dos últimos combates travados

---

43 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit, 31/07/1932, p. 01.

44 Idem, p. 01.

45 Idem, 18/09/1932, p. 01. e 25/09/1932, p. 03.

entre constitucionalistas e ditatoriais são o prenúncio da vitória.”<sup>46</sup>

Segundo o próprio jornal, a chegada da publicação foi muito bem recebida “[...] pela aceitação espontânea da laboriosa população de Guarulhos e pela solicitude das autoridades locais das pessoas de destaque nos confessamos ternamente gratos.”<sup>47</sup>

Os anúncios do periódico, junto com os nomes das comissões de organização da festa para a campanha do ouro, permitem estabelecer que seu proprietário era parte do círculo social dos grupos dominantes da cidade, tais como comerciantes, políticos, profissionais liberais, proprietários agrícolas entre outros, e que possuía prestígio e circulação no meio.

Seu jornal colocou em circulação neste grupo dominante (e estes replicando nas demais camadas sociais) o discurso ideológico que justificava o propósito de derrubar o Governo Provisório.

Capelato (1981, p. 32) defende que a “grande imprensa” paulista realizou uma bem-sucedida missão de “formadora de consciências”, e apesar da diminuta e restrita circulação do periódico, acreditamos que ele exerceu esta função na sociedade guarulhense.

Na cidade de Guarulhos, o jornalista Trama e sua esposa professora eram intelectuais, uma categoria específica destacada no Movimento Constitucionalista, dado o seu papel de cooptar mentes e corações (Capelato, 1981, p. 28).

#### **2.4. Concurso feminino**

A participação das mulheres é um fenômeno sempre destacado nas abordagens e análises sobre a mobilização paulista em 1932, as quais se lançaram a confeccionar fardamentos, arrecadar donativos, atuar como voluntárias nos cuidados dos feridos, e naquela que é conhecida como a mais inusitada das ações realizadas: a entrega de bilhetes aos incautos homens que circulavam nas vias públicas da Capital, durante os dias do conflito, onde estava escrito “vista saia”.

Capelato (1981, p. 41) afirma que “a mulher paulista” respondeu aos apelos ideológicos e, em nome da causa de São Paulo, ordenou que seus filhos, maridos e noivos partissem para a luta.”

---

46 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit, 31/07/1932.

47 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit, 07/08/1932, p.01.

A autora sustenta que o papel das mulheres foi eficiente ao reproduzir a ideologia dominante e exercendo a função de defensora da ordem.

Na edição de 31/07/1932 do *Guarulhos – Jornal*, há uma nota intitulada “*Concurso Feminino*” que elogia que “As distintas senhoras desta localidade não hesitaram no sentido de dedicar seus préstimos à gloriosa causa nacional . [...]”<sup>48</sup>, confeccionando fardamentos, arrecadando donativos e auxiliando as atividades da Cruz Vermelha.

Em relação às listas de subscrições<sup>49</sup> para arrecadar donativos para a causa, das sete hoje existentes,<sup>50</sup> somente uma tinha como responsável um homem.

Jeziel De Paula (1996, p. 146 e 147) destaca que a participação feminina teve um papel decisivo em 1932, e que elas basicamente estiveram à frente das *Campanhas do Ouro* e dos *Capacetes de Aço*. Em Guarulhos, somente a última campanha esteve ao encargo dos homens, como veremos adiante no texto.

Voltando à lista de subscrições, elas foram recebidas entre os dias 23/07/1932 e 30/07/1932 pelo Prefeito, e o valor arrecadado provavelmente é o montante entregue em 06/08/1932 ao DAM, conforme noticia o jornal *Diário Nacional*<sup>51</sup>, no valor de 870\$600 (oitocentos e setenta mil e seiscentos réis).

O valor somado das listas existentes totaliza 668\$900 (seiscentos e sessenta e oito mil e novecentos réis). O valor inferior comparado com do registrado pelo *Diário Nacional* se deve provavelmente à ausência das listas 06 e 07.

Este é o primeiro montante arrecadado pela causa, que seria somado a outros, como a campanha local para angariar *Capacetes de aço* para os soldados, e dos valores dos *Grandes Festejos Pró-ouro da vitória* na cidade.

Para a realização deste evento em 21/08/1932, foram constituídas comissões organizadoras, que seriam as comissões de transportes, esportes e diversão, ornamentação, festas, publicidade, leilão e a comissão cooperadora de alguns bairros<sup>52</sup>. A Comissão da festa *Pró-ouro da vitória* era formada por seis mulheres e, na comissão de esportes e diversos, constam nomes masculinos e “diversas senhoritas.”<sup>53</sup>

48 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 31/07/1932, p. 04.

49 Listas para angariar donativos para o “Lar do soldado combatente”, no movimento constitucionalista de 1932. Guarulhos:1932.

50 Os números indicados no alto das páginas, apontam que eram nove listas.

51 DIÁRIO NACIONAL. SÃO PAULO. Diário Nacional, 06 de agosto de 1932.

52 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 21/08/1932, p. 4.

53 Todas as comissões eram constituídas de homens.



No anúncio publicado no jornal noticiando a festa, a última comissão relacionada é a Comissão de Senhoritas, em cuja lista constam, primeiramente, as mulheres solteiras, em pequeno número e, em seguida, nomes como as “Srtas. José Saraceni, Srta. Nelo Poli<sup>54</sup>”, entre outras representantes da imigração italiana na cidade.

Cabe ressaltar que à comissão organizadora principal mencionada não coube destaque. Seus nomes estavam na última lista relacionada das comissões, a das senhoritas.

Sobre o papel das mulheres em Guarulhos, cabe mencionar Ernestina Del Buono Trama, esposa do proprietário do *Guarulhos – Jornal*, que escreveu um artigo<sup>55</sup>, intitulado *Direito Constitucional*, no qual explica o sistema político brasileiro desde o estabelecimento da República em 1889 até aquele presente momento.

Em sua exposição, a contadora e professora explica que Vargas tomou um caminho diferente do “programa traçado” de 1930, mantendo-se no poder de forma ditatorial e afirmando que “[...] que os nossos direitos de liberdade têm sido preteridos em muitos casos, mormente quando se trata da autonomia deste ou daquele Estado.”<sup>56</sup>

Mas que o povo de São Paulo fez bem ao “levantar-se em arrancada cívica a fim de apressar a volta do país ao regime da ordem e da lei. [...]”<sup>57</sup>

Destacamos este artigo da professora Ernestina Trama pois, como afirmamos, o periódico foi um importante veículo de mobilização ideológica na cidade, replicando o discurso da classe dominante paulista, “[...] onde seus interesses particulares apareciam como universais [...]”(Capelato, 1981, p. 20).

## 2.5. Os voluntários e o batalhão Santos Dumont

A historiografia<sup>58</sup> da cidade registra que três homens, funcionários da Prefeitura, licenciaram-se para incorporarem-se ao Exército constitucionalista.

Carlos Rongé, Contador de Guarulhos, no 3º posto de intendência, Acácio

54 José Saraceni era o proprietário da pioneira Fábrica de Polainas e Sandálias José Saraceni e Nelo Poli, proprietário de um dos principais estabelecimentos comerciais da cidade. Os negócios de Saraceni e Poli foram fundados na década de 1910. (Santos, 2006 Op. Cit. p. 125, p. 140).

55 Ernestina Del Buono Trama, *Direito Constitucional*, GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 21/08/1932, p. 1 e 3.

56 Idem, p. 1 e 3.

57 Idem, p. 1 e 3.

58 RANALI, João. Op. Cit., 1986, p. 109.

Martins, fiscal do matadouro (batalhão Silvio de Campos), e Cônsul Orestes Correa, oficial honorário do Exército Brasileiro, que se apresenta ao comando da 4º Região Militar.

Na primeira edição do periódico *Guarulhos – Jornal*, de 31/07/1932, há uma nota que diz que “possuem ciência da ida de 15 voluntários”<sup>59</sup> para o Exército constitucionalista.

Nesta mesma edição, temos a notícia de que a Prefeitura cogitou criar um “[...] corpo de milícia civil, para que a cidade não ficasse à mercê dos “amigos do alheio”[...]”, visto que a Força Pública da cidade foi recolhida. Esta corporação seria a Guarda Civil Municipal, extinta no começo de agosto de 1932 segundo Ranali.

O Delegado local, com a ajuda do M.M.D.C. da Capital havia organizado um batalhão, denominado “Santos Dumont”<sup>60</sup>, que, segundo o jornal, estava realizando “relevantes serviços à causa constitucionalista e a esta localidade”<sup>61</sup>, sendo responsável por policiar os postos de segurança da cidade.

Na descrição do periódico guarulhense, era notório o entusiasmo dos “jovens guarulhenses”, cujo efetivo contava com quase cem homens, e afirma-se que logo o batalhão juraria bandeira e desfilaria na cidade.<sup>62</sup>

A intendência do batalhão ficava localizada em um prédio ao lado da praça Tereza Cristina e sua criação, segundo reportagem do *Diário Nacional*, teve “[...] apoio de toda população, prefeito, vigário, comércio, etc.”<sup>63</sup>

Sobre os voluntários, Rodrigues (2009) ressalta que “[...] Os voluntários que não poderiam lutar na linha de fogo foram chamados atuando como guardas nas Cadeias Públicas, nos Postos Policiais, em edifícios públicos e ainda na realização do policiamento das cidades.”<sup>64</sup>

Na festa realizada no dia 21/08/1932, houve a formatura da 4º companhia do batalhão Santos Dumont, que desfilou na rua principal da cidade, precedida pela

---

59 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 31/07/1932, p. 3.

60 O inventor brasileiro havia falecido no dia 23/07/1932, e antes de sua morte, escreveu uma carta apoiando a luta pela constitucionalização.

61 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 07/08/1932, p. 3.

62 Idem, p. 3.

63 DIÁRIO NACIONAL. Op. Cit., 23/08/1932, p. 6.

64 RODRIGUES, João Paulo. Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição. Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009, p.144.

Banda Lira, corporação musical local.<sup>65</sup>

Vinte dias depois, o batalhão guarulhense e a Banda Lira de Guarulhos voltariam a desfilar, desta vez na Capital paulista.

No dia 07/09/1932<sup>66</sup>, o M.M.D.C. anunciou a iniciativa de criar o Exército da reserva, a fim de “[...] completar definitivamente a mobilização civil no Estado de S. Paulo.”

O objetivo era que não houvesse “[...] em nenhuma trincheira, nenhum homem cansado que não tenha pelo menos dois para substituí-los.”

A milícia queria levantar cinquenta mil homens e fazia um chamamento para o alistamento e, apesar do anúncio nesta data, a ideia já havia sido debatida entre as autoridades militares e civis<sup>67</sup>.

Foram iniciados preparativos para formação e treinamento de novos batalhões patrióticos, e a tropa guarulhense foi umas destas que seriam apresentadas e que receberiam a bandeira nacional<sup>68</sup>.

Nos dias 02/09/1932 e 06/09/1932, foi publicado no *Diário Nacional* anúncios para que os membros do batalhão Santos Dumont comparecem ao quartel para receberem “ordens sobre serviço”<sup>69</sup>.

No dia 11/09/1932<sup>70</sup>, o batalhão Santos Dumont recebeu a bandeira nacional na Capital do Estado, às dez horas da manhã no jardim da Luz, onde estiveram presentes autoridades civis e militares e “grande multidão” segundo o jornal.

Na edição noturna do jornal *Folha da Noite*, reportagem sobre o evento<sup>71</sup> informa que o batalhão havia recebido instruções para atuar no *front* e a descrição da solenidade, cujo cerimonial contou com a revista da tropa, discursos das autoridades e a entrega da bandeira nacional, realizada por uma representante da família de Santos Dumont.

A *Folha da Noite* descreveu que a bandeira nacional foi abençoada por um sacerdote católico, o qual proferiu um “patriótico discurso” para os voluntários, para que “[...] saibam defender a causa constitucionalista que é a do Brasil unido e forte.”

Terminado o cerimonial, o Batalhão desfilou nas ruas da Capital, com “sua

65 DIÁRIO NACIONAL. Op. Cit., 23/08/1932, p. 6.

66 CORREIO DE SÃO PAULO. São Paulo:07/09/1932, p. 1.

67 Idem, p. 1.

68 GUARULHOS – JORNAL. op. cit., 07/08/1932, p. 2.

69 DIÁRIO NACIONAL. Op. Cit. 02/09/1932, p.6, e 06/09/1932, p. 1.

70 DIÁRIO NACIONAL. Op. Cit, 12/09/1932, p. 1.

71 FOLHA DA NOITE. São Paulo: Folha da noite, 11/09/1932. p.01.

Banda musical à frente”.

Na edição de 12/09/1932, *O Estado de São Paulo*<sup>72</sup> noticiou que organização do Exército da reserva já havia colocado o 1º batalhão em operação, o qual havia desfilado na cidade “[...] com a surpresa para os que, as 11 hrs se encontrava na cidade [...] sendo esta tropa recebida com vivos applausos pelo povo e famílias que se apinhavam nas ruas centraes.”

O Santos Dumont fez alto em frente ao Q.G. do M.M.D.C, no largo São Francisco, sendo passado em revista pelo comando da milícia, para em seguida dispersar.

Para as pessoas que assistiram o cerimonial e o desfile, e aquelas que leram nos jornais a iniciativa da organização do Exército da reserva e a notícia da solenidade e do desfile, tomaram que o movimento recebia cada vez mais voluntários, formando mais batalhões para a luta, e assim criando uma expectativa de que era questão de dias a vitória de São Paulo.

Porém, o batalhão Santos Dumont já estava em operação em Guarulhos, realizando o policiamento nas estradas locais, havia, pelo menos, um mês.

No domingo seguinte, o periódico de Guarulhos afirmou:

Belíssimo foi o ato da corporação militar de Guarulhos [...] o que constituiu um tocante quadro épico, o qual a cidade de Guarulhos plasmará no bronze perene da sua tradicional história. [...] É mais uma prova do concurso de Guarulhos à gloriosa investida paulista contra os desmandos da ditadura (GUARULHOS – JORNAL, 18/09/1932, p. 1).

Esta era uma das várias ações que tomavam a Capital, conforme relata o jornalista e romancista Menotti Del Picchia, que participou do movimento como ajudante de ordens do governador, sobre os dias da revolução em São Paulo: “Depois as cerimônias tocantes: a entrega das bandeiras dos batalhões, as missas campais, os desfiles” (1932 Apud Borges e Cohen, p. 328).

Relatos colhidos da oralidade<sup>73</sup> indicam que o batalhão de Guarulhos, por não possuir armas, foi alcunhado de “Batalhão Suicida”.

Jeziel de Paula (1996. p. 95) apresenta a informação que o Estado de São Paulo dispunha de 27.685 fuzis, dos quais muitos não estavam em condições de

72 O ESTADO DE SÃO PAULO. OESP. São Paulo, 12/09/1932, p 1.

73 PINHO, Celso Luiz. 1932 – O túnel da discórdia. São Paulo: Editora Gregory, 2012, p. 68.

uso, além dos armamentos da Força Pública e do Exército (que aderiram ao movimento), o que obrigou a um revezamento dos homens no uso das armas.

Outros relatos orais afirmam que a casa da família Saraceni, localizada na margem da antiga estrada Rio – São Paulo (atual Via Dutra) houve a presença de soldados,<sup>74</sup> assim como na fazenda Bananal<sup>75</sup>, localizada junto a Estrada do Saboó, acesso para os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás à época.

Depoimentos afirmam que pessoas se refugiaram nesta fazenda, pois na cidade havia boatos que afirmavam que a cidade seria bombardeada pela aviação ditatorial (Pinho, 2010. p. 135).

Jeziel De Paula (2001, p. 123) afirma que o pânico causado pela possibilidade de ataques da aviação militar é recorrente na produção memorialística sobre 1932, portanto, era um medo que a população experienciava no decorrer da guerra.

Os soldados que estiveram nesses locais que os depoimentos orais descrevem, decerto faziam parte da 4º companhia do batalhão guarulhense Santos Dumont, encarregado de policiar as estradas da cidade.

E a última menção de soldados enviados para a guerra, está na edição do periódico local de 18/09/1932, na qual é informada a ida de mais 08 soldados, da 5º companhia do batalhão Santos Dumont para o *front* de guerra<sup>76</sup>.

Nas documentações analisadas, foi possível identificar como os voluntários guarulhenses foram empregados no conflito, sendo que pelo menos duas dezenas foram para o *front*, e aproximadamente cem homens formaram o batalhão Santos Dumont, então apelidado de Batalhão Suicida.

Não existem registros da morte de guarulhenses no movimento, o que sugere nenhuma baixa, ou um número pequeno de mortes, já que cidades cujos cidadãos pereceram na guerra possuem uma forte memória social sobre 1932, com a realização de cerimônias, em geral, nos espaços de monumentos dedicados à *Revolução de 1932*.

Um mês e meio após o conflito, um morador de Guarulhos, chamado Luiz Santoni, busca informações do voluntário Artur da Silva Pessoa em edição do O

---

74 Prefeitura de Guarulhos. Secretaria Municipal de Educação. Revista de Educação. Educação Patrimonial – Guarulhos: História, Cultura e Meio Ambiente. Guarulhos, 2012, p. 82.

75 OMAR, Elmi. CASA DA CANDINHA – RUPTURA E METAMORFOSE – de Casa Grande a Centro de História e Memória das Culturas Negras. 1. ed. São Paulo: Art Printer, 2011.p. 45.

76 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 18/09/1932, p. 3.

*Estado de São Paulo*<sup>77</sup>, naquilo que Hilton (1982, p. 151) apontou como uma das várias repercussões negativas da guerra sobre a população civil: que era o sofrimento causado pelos parentes que partiram para lutar.

## 2.6. A Banda Lira de Guarulhos

A corporação musical Banda Lira de Guarulhos foi fundada em 1908, inicialmente para atuar nas festas religiosas da igreja Matriz e da Festa da carpição na Igreja do bairro do Bonsucesso e, periodicamente, recebia recursos da Prefeitura, de cidadãos e de comerciantes.

Com o tempo, a Prefeitura passou a repassar recursos na forma de contratos, e a Banda em contrapartida, era acionada para tocar em eventos públicos da cidade como festas, comemorações, solenidades oficiais e para recepcionar pessoas importantes na estação de trem localizada do centro da cidade.<sup>78</sup>

Ranali afirma o seguinte sobre a Banda Lira: "[...] que era a única e efetiva alegria da pequenina cidade.[...]"<sup>79</sup>

Como não poderia deixar de ser, a Banda Lira esteve abrilhantando o comício pró-constituente realizado em 31/07/1932, onde, nos intervalos dos discursos, a Banda “executou marchas e dobrados.”<sup>80</sup>

Na festa realizada em 21/08/1932, em prol da Campanha do ouro para o Movimento Constitucionalista, a Banda Lira mais uma vez atuou.<sup>81</sup>

Neste dia, chegou à cidade uma comitiva vinda de São Paulo com chefes militares da milícia paulista e jornalistas que foram recepcionadas pelas autoridades e membros da Comissão de festejos, assim como pela indefectível Banda local, que tocou à chegada dos visitantes e, como já mencionado, desfilou a frente do batalhão Santos Dumont após a formatura da tropa militar.

A Banda Lira e o batalhão guarulhense partiram juntos para a solenidade da entrega da bandeira na cidade de São Paulo. Na manhã do dia 11/09/1932<sup>82</sup> a Banda local mais uma vez precedeu os membros do batalhão, em uma marcha até

77 O ESTADO DE SÃO PAULO. Op. Cit., 18/11/1932, p. 10.

78 HELFSTEIN, Guilhermina, HANSSEN, Castelo. Guarulhos, trajetória cultural. 1ª edição. São Paulo: Futurama Editora, 2016, p. 15 e 16.

79 Ranali, João. Repaginando a história. Guarulhos: SOGE – Faculdades Integradas de Guarulhos, 2002, p. 140.

80 O ESTADO DE SÃO PAULO. Op. Cit., 01/08/1932, p. 03.

81 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 21/08/1932, p. 4.

82 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 18/09/1932, p.1.

a estação Cantareira, onde foram levados de carro até o centro da cidade de São Paulo para a solenidade.

Sobre o desfile realizado com o batalhão, o jornal local registrou o seguinte: “na referida passeata, a Banda musical de Guarulhos, distinguiu-se elogiosamente, o que provocou a admiração do povo da capital.”<sup>83</sup>

O jornal relata que a Banda guarulhense substituiu “perfeitamente” a Banda da Força Pública, encarregada de tocar, mas que não pode realizar, por motivo não explicado.

Celso Luiz Pinho (2012, p. 68) afirma, a partir de depoimentos, que alguns membros da Banda foram voluntários para o Exército constitucionalista.

## **2.7. A religiosidade mobilizada para a paz e a vitória**

Jeziel De Paula (1996, p. 154) afirma o seguinte sobre a religiosidade em 1932:

“A religiosidade fazia parte da vida cotidiana das pessoas em 1932. Seria impensável, neste período, à realização de qualquer ato importante da população sem a participação e o aval, principalmente da Igreja Católica.”

O movimento *revolucionário* causaria contratempos a algumas festas religiosas tradicionais na cidade e mobilizou a fé dos católicos guarulhenses no intuito de buscar a paz para o país.

O pároco chamado Raymundo Castillon, da igreja Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, mais conhecida como Igreja matriz, registrou no livro tombo, que havia irrompido “[...] um movimento revolucionário que repercutiu em todo o Estado com o fim de implantar na nação o regime constitucional.”<sup>84</sup>

A festa de Nossa Senhora do Carmo que seria realizada no dia 17/07/1932, foi cancelada devido ao Movimento Constitucionalista, mas os organizadores iriam realizá-la “depois da indubitável vitória dos pioneiros da liberdade nacional, que são os paulistas. [...]”<sup>85</sup>

Castillon registrou a realização de uma novena a nossa Senhora Aparecida, com a intenção de pedir a sua intercessão para “a pacificação da nação brasileira.”<sup>86</sup>

---

83 Idem, p.1.

84 II Livro do tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição – Guarulhos. 1932, p. 50 e 51.

85 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit.. 21/07/1932, p.3.

86 II Livro do tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição – Op. Cit., p. 51.

A novena foi realizada de 18/07/32 à 26/07/1932, a qual o pároco afirma que foi bem frequentada, e onde houve a realização de “comunhões geraes”.<sup>87</sup>

No livro tomo, com o título “Romarias”, Castillon aponta as “circunstancias anormaes” para o suscitamento de diversas romarias durante os quase três meses de guerra, fim de “implorar de Nosso Senhor o benefício da paz.”<sup>88</sup>

Romarias foram realizadas da Igreja Matriz ao Santuário de Nossa Senhora da Penha. A primeira, da Matriz ao Santuário, em 01/08/1932, onde estiveram presentes mais de duzentas pessoas; na do dia 10/08/1932 no sentido inverso, quarenta pessoas participaram e, no dia 15/08/1932, no mesmo trajeto oitenta pessoas, segundo o pároco de Guarulhos.

Seguindo os registros do pároco durante os meses de conflito, o religioso relatou a sua participação na festa do *Pró-ouro da vitória*, organizada a fim “obter o concurso do povo para a causa constitucionalista.” No programa constava uma missa campal que, após a sua realização, Castillon dirigiu à multidão uma “breve alocução das circunstâncias.”<sup>89</sup>

Nas palavras do *Diário Nacional*, “O discurso do sacerdote foi muito applaudido pelas palavras vibrantes e entusiasticas que continha.”<sup>90</sup>

Apesar de não mencionar no livro tomo, o sacerdote guarulhense foi membro de uma comissão para organização da quermesse, a Cooperadora do centro da cidade.<sup>91</sup>

Mais cedo, o pároco acompanhou uma romaria da Vila Galvão para a Igreja matriz, com mais de trezentas pessoas, segundo seu relato.<sup>92</sup> O grupo decerto já veio com o intento de também participar dos festejos que seriam realizados.

O pároco anota a realização da tradicional festa da carpição na Igreja do bairro do Bonsucesso, que, por conta do conflito, estava esvaziada, e que também não houve, pelo mesmo motivo, a festa de Nossa Senhora do Bonsucesso, celebrada no quarto domingo de agosto.

Pelo mesmo motivo, não ocorreu a tradicional festa na Capela de Bom Jesus do Cabuçu, onde somente houve uma missa celebrada pelo pároco Castillon no dia

---

87 Idem, p. 51.

88 II Livro do tomo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição – Op. Cit., p. 51.

89 Idem, p.51.

90 DIÁRIO NACIONAL. Op. Cit., 23/08/1932, p. 6.

91 GUARULHOS – JORNAL, Op. Cit. 21/08/1932, p. 3.

92 II Livro do tomo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição – Op. Cit., p. 51.



06/08/1932.<sup>93</sup>

Outra romaria registrada até a Igreja Matriz foi a que veio do Bairro dos Morros em 04/09/1932. No dia anterior, o pároco dirigiu-se ao bairro para confessar os romeiros que viriam no dia seguinte.

Segundo seu relato, vieram cem pessoas e poderia ter havido mais, pois a chuva a noite impediu a participação de mais pessoas.<sup>94</sup>

Conforme a exposição deste tópico, o Movimento Constitucionalista provocou nos católicos guarulhenses a iniciativa de realização de ações religiosas, como uma novena na Igreja Matriz e diversas romarias desta paróquia para outros bairros e dos bairros para ela.

A sombra da guerra e suas consequências imediatas ou futuras levou a esta mobilização religiosa, na espera que a providência divina trouxesse a paz para o país em conflito.

Cabe destacar também o papel exercido pelo pároco da cidade, que participou da organização da festa *Pró-ouro da vitória* e seu discurso proferido na referida festa, que colocam o sacerdote como um agente da mobilização ideológica a favor do Movimento Constitucionalista.

Capelato (1981, p. 45) afirma o seguinte sobre o papel da Igreja em 1932: “Em nome do povo, operando generalidades, os representantes da Igreja apoiaram e defenderam os interesses dominantes, dando sua contribuição no reforço ideológico do Movimento.”

O periódico guarulhense também se valeu de mobilizar o aspecto religioso em suas edições para atacar Vargas.

As duas primeiras edições trazem histórias religiosas que fazem analogia ao papel tirânico que Vargas exercia ou a como os Exércitos constitucionalistas lutavam por uma causa justa.

A história bíblica do dissoluto rei babilônico Baltasar, que teve seu fim anunciado por uma mensagem na parede interpretada pelo profeta Daniel, foi publicada com o argumento de que o país estava sob jugo do “Balthazar brasileiro”, mas que diante da reação dos paulistas, estaria certamente o “Sr Getúlio Vargas estará com os olhos esbugalhados olhando para as paredes do catete as mesmas fatídicas palavras que surgiram diante de Baltazar, isto é:

---

93 Idem, p. 51.

94 Idem, p. 51.

“Os teus dias estão contados.”<sup>95</sup>

Na edição seguinte é trazida a história do imperador Constantino, vencedor de uma batalha após uma visão que lhe dizia que venceria se lutasse sob o signo da cruz.

“Nós também com o nosso sacratíssimo lábaro paulista à frente, diremos uníssonos: marchemos fragorosamente, porque por este sinal venceremos.”<sup>96</sup>

## 2.8. Os eventos cívicos

### 2.8.1. O comício pró-constituente

Discorrendo sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Propaganda Cívica, Rodrigues (2009, p.135) define o seguinte sobre sua atuação como propaganda proselitista da luta constitucionalista e sobre os comícios organizados por ela:

Os comícios em cidades interioranas intentavam inflamar a alma dos paulistas, no intuito de consolidar e colher os frutos da propaganda de massa perpetrada pelo rádio e pelos jornais, por isso, destacava-se na composição das equipes de ação a participação de especialistas na arte do convencimento, tais como políticos, publicitários, promotores públicos, professores, padres, radialistas e intelectuais. [...] (RODRIGUES, 2009, p.136).

Em Guarulhos, houve a realização de um comício em 31/07/1932, um domingo, na praça Tereza Cristina, na área central da cidade, em frente à Igreja Matriz.

Organizado pela comissão do 24º setor do M.M.D.C, haveria a inscrição de voluntários e houve a fala “[...] de oradores desta cidade e outros da capital.”<sup>97</sup>

Capelato (1981, p. 38) destaca a atuação dos oradores no Movimento Constitucionalista, cujos discursos visavam arrebatá-las com “[...]o intuito de fazê-las aderir ao Movimento.”

Na notícia do comício, o periódico local afirma que o povo de Guarulhos, “côncio da grandeza da causa. [...]”, compareceria unido no evento.

---

<sup>95</sup> GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 31/07/1932, p. 1.

<sup>96</sup> Idem. Op. Cit., 07/08/1932, p. 1.

<sup>97</sup> Idem p.4.

O alcaide municipal subiu na tribuna às 16 h, iniciando o evento, e na sua alocução, apresentou-se como o representante legítimo do povo da cidade por ser o prefeito, e expõe o motivo da realização do comício: “[...] visa incentivar a todos os guarulhenses para que se alistem nos batalhões que seguem em defesa de São Paulo.[...]”<sup>98</sup>

O prefeito passa a palavra a Erasto de Toledo e Genésio de Almeida Moura, que foram os dois primeiros oradores a discursarem.

O periódico local publicou o discurso, de modo que o reproduziu integralmente, visto que apresenta o texto com aspas.

O primeiro orador inicia sua exposição afirmando que não se sentia constrangido em falar ao público presente<sup>99</sup>, pois estava envolvido desde o início do movimento, “[...] pois meu filho seguiu para o *front* e minha senhora prontificou-se a confeccionar fardamentos e peças necessárias. [...]”<sup>100</sup>

Iniciando sua fala apresentando-se como legitimado a pedir o engajamento da população por conta da participação de sua família, em especial seu próprio herdeiro, que partiu pela causa de São Paulo, Toledo discorreu sobre as “arbitrariedades” do Governo Provisório contra São Paulo, afirmando que “São Paulo é alma do Brasil.”

Resgatando a memória das tradicionais famílias paulistas das cidades, o orador declarou que elas ampliaram o Brasil, vencendo toda a sorte de obstáculos naturais.

Mencionando brevemente “os tenentes”, Toledo afirma que estes subestimaram os paulistas, tomando-o com um simples agricultor, sabendo somente plantar café e objetivando ganhar cada vez mais dinheiro. Ele pontua que os tenentes ignoravam “[...] que o povo bandeirante é um bravo manejador de armas contra aqueles que o querem oprimir.”

Toledo cita revoluções ocorridas na Espanha, Chile e Argentina, em que logo foram realizadas iniciativas para elaboração de “leis básicas”, mas que no Brasil após dois anos isto não ocorreu, exceto a “desorganização do país.”

Este era o motivo pelo qual a “população de São Paulo pegou em armas” contra o regime provisório: as promessas não realizadas.

---

98 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit. 07/08/1932, p. 1.

99 Em torno de 500 pessoas presentes à praça Teresa Cristina, segundo o periódico GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 07/08/1932, p. 1.

100 Idem, Op. Cit., 07/08/1932, p. 1.

Interessante notar nesta fala a afirmação de que a população pegou em armas, visto que é fato corrente a orquestração das classes dominantes paulistas para engajar outros segmentos sociais.

Toledo narra um episódio que demonstra que até “os estrangeiros” estão apoiando a causa de São Paulo. Relata que encontrou um amigo de sua localidade

Imagem 1 – Centro de Guarulhos, por volta de 1930-1940, de autoria desconhecida<sup>101</sup>. Rua Dom Pedro II no sentido da igreja Matriz. Em frente a igreja, na praça Tereza Cristina, onde havia um coreto, ocorreram dois eventos cívicos relacionados ao Movimento Constitucionalista de 1932.



natal, que indagado sobre os voluntários, apresentou vários nomes, e entre eles, o de vários estrangeiros.

Afirma que tal situação demonstra que a causa é justa, por conta da adesão de estrangeiros.

Este trecho do discurso possuía um forte apelo junto a população da cidade pois , na análise das Comissões de festejos, verifica-se a ocorrência expressiva de

---

101 Prefeitura de Guarulhos. Disponível em < <https://www.guarulhos.sp.gov.br/pagina/hist%C3%B3ria-de-guarulhos>>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

nomes e sobrenomes italianos.

Santos (2006, p. 115) comenta a “[...] expressiva presença dos imigrantes, principalmente italianos, durante os primeiros anos da primeira metade do século XX.[...]” ao analisar as fontes sobre os impostos municipais, as indústrias, profissões e depoimentos de antigos moradores.

Santos ressalta que estes imigrantes eram tanto proprietários como trabalhadores vinculados às atividades extrativistas, comerciais e industriais da cidade neste período.

Além dos italianos havia portugueses, espanhóis, árabes e alemães vinculados ao comércio municipal e às atividades da indústria primária, como olarias, cerâmicas, portos de extração e têxteis (Santos, p. 116).

Segundo o orador Toledo, o reconhecimento da importância da causa pelos estrangeiros é mais uma razão para os paulistas concluírem a tarefa do levante, “[...] para que o nosso valor se eleve ainda mais para a glória dos paulistas, para a glória do Brasil [...] que resultarão na salvação desta gloriosa nação.”

Moura, o seguinte a discursar, denuncia os “desmandos” dos tenentes, os quais ocuparam toda sorte de cargos, apesar da incompetência, acusando-os de imorais e despóticos. O orador afirmou que se não fosse por São Paulo, a revolução de 1930 não ocorreria. “Portanto, quem ganhou a revolução de 1930 foi S. Paulo. Quem derrubou Washington Luis foi São Paulo.”

Afirma que são 22 meses de ditadura, nos quais os paulistas vinham sendo oprimidos e ofendidos, e que São Paulo é que vinha pagando as despesas da anarquia vigente.

A grave ofensa sofrida, foi o que levou à composição de vários batalhões para lutar e, nesta luta, o orador afirmou que os soldados da lei estão com a moral elevada, e que quando ocorria a luta, passado o horror, continuavam com mesmo estado de espírito: com animação.

Diante disto, é preciso manter à união para acabar com o sacrifício daqueles que estão na linha de frente.

Moura encerra a sua explanação, exortando que todos colaborem nesta jornada:

[...] velhos mulheres, crianças, até mesmos cegos e coxos. Sim, porque quando estes nada fazem, pensam. O pensamento é um fator primacial

para toda obra. [...] Pensar, pensar. fazei com que os vossos pensamentos formem ondas e que estas se estendam pelo vale do Paraíba e pelo leito da Sorocabana (GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 07/08/1932, p. 1 e 4.)

Ao deter-nos sobre o teor dos discursos, pretendemos demonstrar a retórica utilizada para engajar a sociedade guarulhense para o esforço de guerra paulista.

A grandeza da tradição paulista, o seu papel pelo bem do Brasil, a desfaçatez que o Governo Provisório tratava o Estado de São Paulo são as principais ideias mobilizadas na retórica.

E o trecho final do discurso de Moura faz um apelo que para além do esforço físico, haja o esforço mental, na forma de “criar ondas” pelo pensamento das causas e pautas do movimento.

Além destes oradores vindos da Capital, moradores de Guarulhos, com funções administrativas na cidade, discursaram no comício, porém, não há registro de seus discursos.

O comício possivelmente foi objeto de debates na cidade no decorrer dos dias seguintes, que, em conjunto com a publicação no jornal local no domingo seguinte, criaria uma onda de circulação da mensagem ideológica presente nos discursos na cidade.

Como mencionado, o jornal local publicou e noticiou o comício, a fala dos três primeiros oradores, o prefeito, e dois da Capital. A publicação dos discursos ampliou o alcance da retórica a favor do movimento e da necessidade do engajamento da população.

Neste tópico, julgamos importante pontuar os principais pontos dos discursos realizados no comício, pois foram eles que estariam nas mentes e corações guarulhenses para engajar-se no Movimento Constitucionalista.

### **2.8.2. Grandes festejos “Pró – ouro da vitória”**

No domingo da realização da festa, havia no periódico local duas menções a festa: uma pequena nota na página 3 que descreve parte do programa e afirmando que “Tomarão parte das festividades todos os cavalheiros e senhoritas da nossa sociedade. É dever de todos concorrer para esta festa altruística.”<sup>102</sup>

---

102 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 21/08/1932, p. 3 e 4.

A outra menção é um anúncio de página inteira na página 4, o qual descreve as atividades que seriam realizadas nas festividades, o qual seria iniciada com os eventos já mencionados anteriormente: a missa campal na praça Tereza Cristina (em frente a Igreja Matriz) celebrada pelo pároco Castillon, às 09 h; a realização da formatura da 4º companhia do batalhão Guarulhense, com a presença de seus oficiais comandantes e uma autoridade militar do M.M.D.C, às 10:30m e, as 11 h, a inauguração da pipa em frente ao coreto da praça para arrecadação de donativos.

Leilão de prendas, venda de bilhetes de tombola (espécie de bingo), corrida de ovos, cabo de guerra, quebra moringue, porco ensebado, eram outras atividades a serem realizadas.

É possível que parte das prendas a serem leiloadas e sorteadas possivelmente foram originárias das listas de donativos que arrecadaram o primeiro montante repassado ao DAM.

Nas listas de donativos, constam doações de cigarros, roupas, tecidos, animais (vacas, porcos), gêneros agrícolas, entre outros, que deveriam ser convertidos em numerário para serem remetidos para o esforço de guerra.

No meio da tarde, às 15 h, seria entregue um pau-de-sebo para “petizada”<sup>103</sup> na praça, onde haveria um valioso donativo.

No anúncio consta o pedido da comissão de que todos contribuam com uma prenda. Metade do anúncio é a descrição das atividades e, na outra metade, está a relação das comissões organizadoras e seus membros.

Havia as comissões de ornamentação e festas, transportes, recepção e prendas, esportes e diversões, publicidade, leilão e comissões para recebimento de prendas dos bairros de Guarulhos (área central), Vila Galvão, Gopoúva, Ponte Grande, Bonsucesso e Vila Augusta.

Cada um desses bairros possuíam as chamadas Comissões cooperadoras, cujos membros das comissões de organização também faziam parte.

As cooperadoras possuíam mais membros e deveriam ser a ligação dos bairros com as comissões organizadoras da festa.

Os bairros da área rural como Bonsucesso, Cabuçu e Morros, não possuíam as comissões cooperadoras, somente os bairros mais populosos da cidade (Guarulhos – área central, Gopoúva, Ponte Grande, Vila Galvão e Vila Augusta).

O prefeito Panadés e o Delegado técnico Penteado compunham a Comissão

---

103 Crianças.

cooperadora de Guarulhos e a de transportes, que julgamos de grande importância para a realização da quermesse, visto que a Prefeitura possuía dois veículos,<sup>104</sup> o que permitia mobilidade para as demandas necessárias.

Os membros do CCM, Francisco Almeida, Joaquim Pedro Moreira (ex-presidente da Câmara de vereadores, deposto em 1930) e Nelo Poli (comerciante) fizeram parte das Comissões organizadoras da quermesse: Francisco de Almeida, da Comissão cooperadora de Guarulhos, Joaquim Pedro Moreira<sup>105</sup>, da Comissão encarregada da *Campanha dos Capacetes de Aço* na cidade, e da Comissão de ornamentação e festas e cooperadora de Guarulhos e por último, Nelo Poli, componente da Comissão de recepção de prendas da Vila Augusta e cooperadora deste bairro.

Como já apontado, a análise dos nomes que compõem as comissões revela que foram os membros da classe dominante da cidade que lideraram o processo de engajamento: políticos, comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais, proprietários de fábricas, etc.

Os antigos mandatários locais que fizeram parte das legislaturas da câmara antes de 1930, os que foram depostos em 1930, incluindo o ex-prefeito, o ex-prefeito demissionário solidário com o rompimento do PD<sup>106</sup> com o interventor João Alberto, estão todos congado no processo de mobilização.

Comentando sobre a aliança entre o PD e o PRP em prol da constitucionalização, Borges e Cohen (2004 p. 312) afirmam: “Depois de 1930, ficaram todos sem o poder e suas benesses, sem empregos, sem posições, sem imunidades, e, sobretudo, ameaçados de não recuperar esses prejuízos.”

Em Guarulhos, a classe política defenestrada em 1930 estava situada nesta condição e enxergava uma possibilidade de recuperar suas posições após a queda do Governo Provisório.

A festa contou com autoridades do Movimento Constitucionalista. Uma comitiva de São Paulo, composta de membros do M.M.D.C e do comandante e subcomandante do batalhão Santos Dumont e de dois redatores do jornal *Diário Nacional* estiveram presentes.

---

104 RANALI, João. Op. Cit., 1986, p. 108.

105 Ex-Vereador, ex-presidente da Câmara membro da junta governativa de 1930 que assumiu a Prefeitura em 1930.

106 *Acta da transmissão da Prefeitura Municipal de Guarulhos, realizada em 10 de abril de 1931*, p. 16.



A comitiva acompanhou as atividades da manhã e visitou as repartições públicas da cidade, e almoçou com membros “representativos” da sociedade guarulhense.

A cidade foi elogiada pela “higiene das ruas e arquitetura.”<sup>107</sup> Um domingo depois, uma nota social no *Diário Nacional*<sup>108</sup> escrita pelo cronista Mozart Firmeza descreve as impressões de sua visita a Guarulhos neste dia.

Tecendo uma ode a causa do movimento, o autor registra no clima reinante da cidade, preparada para as atividades da festa, o entusiasmo da população pela “causa da lei”.

Nota a utilização pelas “senhoras elegantes” de um “[...] bibi amarelo qual um symbolo de honra, pela integridade nacional.”

O acessório era um boné, entre vários outros objetos que surgiram durante o conflito que as pessoas utilizavam para demonstrar o apoio ao movimento.

No cotidiano, além dos cartazes, inúmeros artefatos seduziam à população para a causa revolucionária: anéis selos, distintivos emblemas, caixas e caixinhas, lencinhos bordados, abotoaduras, espátulas de livros, talheres, canivete, flâmulas, alfinetes, [...] (BORGES e COHEN, p. 328).

O cronista descreve as atividades daquele dia e elogia a cidade, “[...] entregue às festas, pela causa da lei”, e afirmou ter sentido “[...] um pouquinho de São Paulo, pulsando na fé revolucionária. [...]”

Firmeza afirma que Guarulhos arranca de seu passado “a bravura do presente [...] sempre altivos, sempre nobres e valorosos.”<sup>109</sup>

Para a festa compareceram moradores dos Bairros de Bonsucesso, Gopoúva, Ponte Grande, Vila Galvão, Vila Augusta entre outras localidades<sup>110</sup> e arrecadou o valor de 2:258\$200, (dois contos, duzentos e cinquenta e oito mil e 200 réis), e alguns objetos de ouro entregues pelo Prefeito ao secretário de Justiça do Estado, que encaminhou ao Presidente da *Campanha Pró-ouro*<sup>111</sup>.

As fontes analisadas sobre a festa permitiram identificar os agentes locais que lideraram a mobilização na cidade, (a elite local), quais os meios que se

107 DIÁRIO NACIONAL. Op. Cit., 23/08/1932, p. 6.

108 Mozart Firmeza, *O grito de guerra ecôa em todos em cantos*. DIÁRIO NACIONAL, 28/08/1932, p. 4.

109 DIÁRIO NACIONAL. Op. Cit., 28/08/1932, p. 6.

110 Idem. Op. Cit., 23/08/1932, p. 6.

111 O ESTADO DE SÃO PAULO. Op. Cit., 26/08/1932, p. 1.

valeram, e a descoberta de outra subscrição, além da colaboração que Ranali registra.<sup>112</sup>

### **2.9. Contribuição guarulhense na *Campanha do ovo***

Esta campanha foi mais uma das várias iniciativas criadas para destinar aos soldados constitucionalistas fardamentos, alimentos, donativos, entre outros.

Em Guarulhos a campanha esteve ao encargo de Silvestre Vasconcelos Calmon, que também era membro da Comissão de esportes e diversões da festa do dia 21/08/1932.

O *Guarulhos – Jornal* de 21/08/1932<sup>113</sup> registra sua iniciativa, que superou as expectativas, cujo total foi 886 ovos (*Folha da manhã*, 06/09/1932, p. 5 e 21/09/1932, p. 4).

Parte deste alimento arrecadado acreditamos ser originária das doações das listas de donativos, pois algumas listas possuem ovos ofertados para a causa.

### **2.10. Terras colocadas à disposição da causa**

Ao contrário do que os líderes do movimento de 1932 pensavam, o levante não se desdobrou em uma simples marcha até a Capital Federal para a deposição de Vargas, pois a defecção de aliados levou São Paulo a entrar em confronto com o resto do país, sendo cercado por forças militares e sob bloqueio naval.

Diante da perspectiva de uma guerra prolongada que poderia levar a privação de alimentos, São Paulo criou a Comissão de Produção Agrícola, destinada a orientar e incrementar a produção de alimentos.

Buscando promover com mais eficiência os seus comunicados oficiais, o órgão requisitou o apoio da Igreja Católica e dos magistérios públicos na sua divulgação.

A iniciativa provocou inúmeras ofertas de terras para a produção de culturas em todo o Estado.

As fontes demonstraram ofertas de terras em Guarulhos, uma de Estanislau Camargo Seabra<sup>114</sup>, e de Attilio Tommasini que ofereceu 16 alqueires de terra no

112 2:190\$000, Ranali, João.1986. Op. cit. p. 109.

113 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., O “*ovo do soldado*”. p. 03.

114 FOLHA DA MANHÃ. Op. Cit., 28/08/1932, p. 2.

bairro de Itauverava<sup>115</sup> para o Instituto de Assistência aos orphãos da Revolução, e quatro ofertas de alqueires de terra, relacionadas na Lista de donativos nº 8, p. 01.<sup>116</sup>

Capelato (1981, p. 22) afirma que os lavradores paulistas empenharam-se pelo movimento, “mobilizando seus recursos” para a causa.

Lideranças de órgãos representativos do setor agrícola realizaram apelos para os lavradores, e a Secretaria de Agricultura lembrou que a luta não se restringia somente às batalhas dos soldados, ela se dava também na necessidade de abastecimento.<sup>117</sup>

### **2.11. A arrecadação dos valores para causa e outros personagens**

A primeira iniciativa para angariação de doações para o Movimento Constitucionalista foi a já citada Listas de donativos, em que houve ofertas de vários tipos (alimentos, tecidos, roupas, terras), onde temos o nome do doador e seu donativo anotado a frente do seu nome.

Na lista de número 04, encontramos a oferta de um carro e gasolina para arrecadar donativos, feita por Juvenal Ramos Barbosa.<sup>118</sup> Sobre as listas, a partir das doações registradas, acreditamos evidenciar a participação de classes populares de Guarulhos no Movimento Constitucionalista, pois as outras fontes indicam a participação das classes abastadas locais à frente das contribuições e articulando ações.

As listas nº 01 e 02 possuem os maiores valores arrecadados (237\$600 e 146\$000, respectivamente), onde na primeira só há doações em dinheiro, e na segunda constam algumas doações de vestuários, tecidos, animais, etc.

Nas listas seguintes há o registro de doações de dinheiro intercaladas com roupas, alimentos, gêneros agrícolas, sapatos, etc., de forma crescente.

As listas 05, 08 e 9 são as que mais possuem doações que não sejam em espécie, registrando inclusive vestimentas de crianças, fósforos, café, etc. e onde há mais valores doados em espécies inferiores aos da lista 01 e 02.

---

115 A GAZETA. São Paulo: São Paulo, 13/09/1932.

116 Listas para angariar donativos para o “Lar do soldado combatente”, no movimento constitucionalista de 1932. Op. Cit.

117 CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., p. 22.

118 Funcionário da Prefeitura, coletor de impostos e membro da Comissão de ornamentação e festas e da cooperadora de Guarulhos.

As listas evidenciam o fenômeno que Borges e Cohen (2004, p. 325) analisam, o quanto a população mobilizou-se em prol de causa, tomada de uma grande generosidade, que além do dinheiro em espécie, doava todo tipo de objeto, gerando até dificuldades de armazenar os donativos.

No dia 10/08/1932, *O Estado de São Paulo*<sup>119</sup>, publicou os valores arrecadados para a *Campanha do Capacete de Aço*, o qual é seguida uma lista dos indivíduos e os respectivos valores doados.

Na lista temos o “[...] Sr. Gino Montagnani, concessionário do matadouro de Guarulhos. 90\$. [...]” Montagnani foi membro da Comissão de esportes e diversão e da Comissão cooperadora do de Guarulhos.

Além destas, o concessionário do matadouro é um dos membros da Comissão da cidade para a *Campanha do Capacetes de Aço*, que junto com um dos membros do CCM, Joaquim Pedro Moreira, José Maurício de Oliveira (ex-prefeito deposto em 1930), e José Vidal França<sup>120</sup>, arrecadaram 146 capacetes.<sup>121</sup> Na publicação do periódico guarulhense, além do total de capacetes, há uma relação dos indivíduos que contribuíram. Os nomes citados são de membros da elite local, que também se encontram na relação de nomes das já citadas comissões organizadoras da festa de 21/08/1932.

A notícia do resultado termina com um apelo da Comissão, que “[...] solicita o concurso de todos aqueles que abraçam a sagrada causa da Constituição. [...]”<sup>122</sup>

Este total arrecadado (146 capacetes) refere-se ao que Ranali registrou em seu livro (2:190\$000<sup>123</sup>), com a data de 18/07/1932, data incorreta, pois este valor foi entregue em 17/08/1932 ao chefe de polícia do Estado por membros do CCM, o ex-prefeito deposto em 1930 e Montagnani.<sup>124</sup>

Nesta edição do jornal, na página 3, há a notícia que a campanha mobilizou

---

119 O ESTADO DE SÃO PAULO. Op. Cit., 10/08/1932, p. 03.

120 Integrantes das Comissões organizadoras da festa de 21/08/1932.

121 GUARULHOS – JORNAL. Op. Cit., 21/08/1932, p. 3.

122 Idem, p.3.

123 O valor aproximado de um capacete era 15 mil réis, que multiplicado por 146, resulta em 2:190\$000.

DONATO, Hernâni. História da Revolução de 32. São Paulo Editora Ibrasa. 2002, p.110.

Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=rr\\_ODr7uZFwC&pg=PA110&lpg=PA110&dq=quanto+era+o+valor+de+uma+capacete+de+a%20a%20em+1932&source=bl&ots=LCBHUUyFH\\_&sig=LfZSqvQtueIU1dF8BzjjwJO2sM4&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKUkwjM4bCGj7jdAhUHQPpAKHX3QDVUQ6AEwDnoECAAQAQ#v=onepage&q=quanto%20era%20o%20valor%20de%20uma%20capacete%20de%20a%20em%201932&f=false](https://books.google.com.br/books?id=rr_ODr7uZFwC&pg=PA110&lpg=PA110&dq=quanto+era+o+valor+de+uma+capacete+de+a%20a%20em+1932&source=bl&ots=LCBHUUyFH_&sig=LfZSqvQtueIU1dF8BzjjwJO2sM4&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKUkwjM4bCGj7jdAhUHQPpAKHX3QDVUQ6AEwDnoECAAQAQ#v=onepage&q=quanto%20era%20o%20valor%20de%20uma%20capacete%20de%20a%20em%201932&f=false)>

Acesso em 31 de out. 2018.

124 GUARULHOS – JORNAL, Op. Cit., 21/08/1932, p. 2.

as professoras do Grupo Escolar de Guarulhos que “[...] souberam despertar em seus alunos, o grande ardor cívico que inflama a alma de S. Paulo, [...] também concorressem com seu pequeno óbulo. [...]”<sup>125</sup> Os alunos (1º, 2º, 3º e 4º ano) contribuíram com o valor de 89\$900 (oitenta e nove mil e novecentos réis).

Os funcionários do matadouro municipal doaram 28 capacetes, ação elogiada pelo *Guarulhos—Jornal*, por ser provinda de “uma pequena corporação” (*Guarulhos – Jornal*, 21/08/1932, p. 1).

Os capacetes mencionados angariados pelos alunos, empregados do matadouro e funcionários da Prefeitura estão incluídos no total entregue em 17/08/1932. A menção separada dos três atores, seriam uma forma de valorizar as ações para a causa, visto a já citada relação da comissão que descreve os demais que contribuíram para subscrição.

### **3. Capítulo II – Reflexões sobre a memória da *Revolução Constitucionalista de 1932* em Guarulhos**

Como já observado no decorrer deste trabalho, o movimento armado de 1932 foi um evento que praticamente envolveu toda a população do Estado de São Paulo, em uma impressionante mobilização civil – militar.

As manifestações cívicas pré e pós 09 de julho, o voluntariado civil, os desfiles cívicos dos batalhões de voluntários e suas partidas para o *front*, a euforia, a apreensão e depois a frustração ao final da guerra, a perda de familiares, as privações sofridas, entre outros acontecimentos, colocam 1932 como um fato marcante na memória dos grupos sociais que a experienciaram.

Os eventos que impactam as sociedades em seu dia a dia, produzem no conjunto destas o fenômeno da memória, que são representações do vivido.

Porém não significa que seja uma memória consensual, única, e que em todos os segmentos sociais possuem a mesma percepção sobre um determinado evento.

Pierre Nora (1993, p. 09) argumenta que " A memória emerge de um grupo que ela une, o quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. "

---

125 Idem, p. 3.

Joël Candau (2014, p. 24) ao considerar sobre as memórias produzidas pelos grupos sociais, em sua acepção corrente, a expressão “memória coletiva” afirma que ela “[...] é uma *representação*, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo.”

Jacques Le Goff (1990, p. 426) argumenta que a memória coletiva é um espaço de disputa entre os segmentos de uma sociedade pelo poder, porque “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é umas das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.”

No conjunto social, “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 1990, p.426).

As experiências vividas pelos grupos sociais faz que com que produzam significados e representações sobre o vivido, e isto cria referenciais de uma origem e uma identidade, o qual o grupo se reconhece nos valores e princípios emergidos das representações.

Como afirmado anteriormente, as cidades paulistas que tiveram perdas humanas e materiais significativas possuem, em geral, uma forte memória social do conflito, exercendo práticas sociais (desfiles, celebrações) que rememoram a luta pela constitucionalização, ou estabelecendo referências de 1932 em seu espaço urbano, nomeando logradouros, edifícios públicos e construindo monumentos relacionados a *Revolução Constitucionalista*, termo que também embute uma representação do passado.

Os expedientes utilizados para referenciar 1932, seja criando lugares de memória ou homenageando personagens ou fatos históricos a partir de denominações oficiais é o que Nora (1993, p. 9) afirma sobre um aspecto da memória: “A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto.”

Sobre os lugares de memória, que são arquivos, cemitérios, celebrações, monumentos, museus, entre outros, Nora (1993, p. 13) explica que a sua existência se deve ao fato de não existir uma memória espontânea.

Por não vivermos a nossa memória, é que surgem os lugares de memória.

“Este é o momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós

vivíamos na intimidade de uma memória” (Nora, 1993, p. 12).

Analisando as principais referências sobre a *Revolução Constitucionalista de 1932* nas cidades paulistas e seus significados simbólicos, Rodrigues (2016, p. 25) aponta que em “[...] numerosas cidades paulistas se repetem os monumentos, símbolos e menções a 9 de julho, MMDC, 23 de maio, Pedro de Toledo, ou outro nome e fatos de 32, em ruas, praças e lugares variados.”

O autor comenta que se alguém quisesse por alguma razão, se livrar de referências a 1932, teria que sair do Estado de São Paulo.

O ato de nomear ruas, espaços e edifícios públicos que remetem a personagens e acontecimentos históricos trazem escolhas e resgate do passado que trazem uma simbologia e sentidos, e isto demonstra as relações da cidade com a sua história e memória (Rodrigues, 2016, p.26).

Além disso, as definições na escolha para denominar referências urbanas revela disputas de poder na sociedade, que muitas vezes não são realizadas de maneira consensual, nem democrática (Rodrigues, 2016 p. 26 e 27).

As etapas de seleção constituem crivos, cuja escolha leva a chancela de um autor específico ou de um grupo social.[...] Podem variar de acordo com a orientação do indivíduo ou do grupo que a realiza; com as circunstâncias da decisão e com outros fatores incidentes na operação de seleção, podendo pender para um lado determinado, não raramente, o mais forte (Rodrigues, 2016, 928).

No espaço urbano de Guarulhos, as alusões a 1932 foram instituídas entre 1975 e 1985, na metade final do regime civil-militar brasileiro (1964-1985), sendo importante ressaltar que em 1974 o General Ernesto Geisel assumiu a presidência prometendo um processo de retorno a democracia, a chamada distensão gradual, lenta e segura.

As primeiras referências urbanas foram a Rua Nove de Julho, na área central da cidade, a Rua Pedro de Toledo (Governador aclamado de São Paulo em 1932) no bairro periférico do Taboão, próximo ao Aeroporto Internacional, a vinte minutos da área central.

Elas foram nominadas em 1976, a Nove de Julho pelo Decreto nº 5183, de 21/01/1976, e a Pedro de Toledo pelo Decreto nº 5215, de 09/03/1976.

No cemitério São Judas Tadeu, no bairro de Vila Hulda, a dez minutos da

área central, em 1975 os membros do Exército constitucionalista receberam uma placa de homenagem localizada no espaço do mausoléu da Polícia Militar, próxima a entrada do cemitério.

As palavras gravadas são: *AO SOLDADO CONSTITUCIONALISTA HOMENAGEM DO POVO DE GUARULHOS 1975*.

Quase vinte dias depois da efeméride de cinquenta anos da *Revolução Constitucionalista*, a Prefeitura de Guarulhos, “considerando o alto espírito patriótico de que se reveste as comemorações do quinquentenário da Revolução Constitucionalista de 09 de julho de 1932” instituiu a “Criação da Sala do Soldado Constitucionalista”<sup>126</sup> em uma das salas do Museu Municipal, “com objetos reconhecidamente utilizados durante a Revolução”.

E por último, temos a Rua Luiz Ansaldo – Soldado Constitucionalista instituída pelo Decreto Municipal Nº 11406 de 20 de novembro de 1985<sup>127</sup>.

Refletindo sobre as ocorrências mais comuns nas cidades paulistas de 1932, 09 de julho e Revolução Constitucionalista, Rodrigues (2016) considera que tais referências se devem a uma mitologia política criada no calor do conflito de 1932. Como já observado anteriormente, o discurso político e ideológico utilizado em 1932 trazia palavras como “Constituição”, “Ordem”, “Justiça”, e exaltação do povo paulista como defensor da legalidade diante da *ditadura*.

Rodrigues explica que após a derrota militar, os eventos que se seguiram como a “Chapa Única por São Paulo Unido” para a Assembleia Nacional Constituinte, a promulgação da Constituição de 1934 e a eleição indireta para Governador de São Paulo em 1935 foi capitalizado pelos grupos hegemônicos paulistas, que construíram uma narrativa afirmando que 1932, apesar da derrota militar, foi uma vitória moral, afinal as causas pelas quais São Paulo havia lutado se concretizaram.

Deste modo Rodrigues (2016, p. 39) conclui que “Talvez, por isso, 9 de julho, dia da “Revolução Constitucionalista”, tenha conhecido o destaque que foi o seu nas cidades do estado, mediante tantas outras lembranças possíveis da guerra.”

As referências sobre 1932 na cidade de Guarulhos foram constituídas mais de 40 anos após o conflito, das quais somente uma fica na região central.

---

<sup>126</sup> Guarulhos. DECRETO Nº 9068 de 26 de julho de 1982.

<sup>127</sup> A promulgação do Decreto possui em suas considerações o processo nº 18.789/85, porém o referido processo foi eliminado do Departamento de Microfilmagem da Prefeitura de Guarulhos, inviabilizando mais informações sobre as justificativas da denominação do logradouro.



É a rua Nove de Julho, que curiosamente, se encontra a uma quadra de um dos mais conhecidos logradouros públicos de Guarulhos, um espaço que durante muitos anos foi um importante espaço de socialização na cidade, a Praça Getúlio Vargas.

O espaço em que seria construída a praça, que foi desapropriado em 1951 para a construção da nova sede da Prefeitura, era o antigo campo de futebol do clube Paulista F. C., e em 1952, a praça foi formada.<sup>128</sup>

A praça que abrigou o Paço Municipal de 1958<sup>129</sup> até 1976, e a Câmara Municipal de 1976 até 2006<sup>130</sup> possui a seguinte observação de Ranali (2002, p.284-285):

“Praça que passou a ser o polo de notáveis concentrações políticas e manifestações cívicas sociais. [...] Praça que foi palco de retretas e amores. Área de lazer sadio, num desfilar de tudo que Guarulhos tinha de melhor.”

Ela se tornou uma referência na cidade, local que os moradores tinham um espaço de lazer, muitas vezes ao som da Banda Lira de Guarulhos com contemplação de sua fonte e descanso sob a sombra de suas árvores.<sup>131</sup>

Apesar da saída da Prefeitura e da Câmara Municipal para outros espaços e o surgimento de outras áreas de lazer na cidade por conta de seu crescimento urbano e a degradação que sofreu nos últimos anos, a Praça Getúlio Vargas é um dos logradouros mais conhecidos da área central.

Em menos de 20 anos após a Prefeitura Municipal ser um dos principais personagens no propósito de remover o *ditador* Vargas do Palácio do Catete, a sua nova sede seria em um logradouro em homenagem ao então presidente Vargas, que estava em seu segundo mandato (1951-1954). Mas a memória urbana é feita ao sabor do momento político (Borges e Cohen, 2004, p.334).

Após o armistício de 1932 com a prisão e exílio dos principais líderes civis e militares, Vargas fez gestos de aproximação com grupos políticos inclinados ao diálogo.

Tais gestos permitiram uma recomposição com as classes hegemônicas

---

128 Elmi El Hage Omar (Org.). Guarulhos tem história: Questões sobre história natural, social e cultural. São Paulo: Ananda, 2008, p. 177.

129 Ano da inauguração do novo Paço Municipal.

130 PREFEITURA DE GUARULHOS. Secretaria Municipal de Educação. Revista de Educação. Educação Patrimonial – Guarulhos: História, Cultura e Meio Ambiente. Guarulhos, 2012, p. 22.

131 RANALI, João. Repaginando a história. Guarulhos: SOGE – Faculdades Integradas de Guarulhos, 2002, p.285.

paulistas, fato comprovado pelo seu apoio no Golpe do Estado Novo.

Em Guarulhos, a mudança da relação das classes dominantes locais com Vargas pode ser exemplificada na página 140 do Livro *Identidade urbana e Globalização: A formação dos múltiplos territórios em Guarulhos /SP* do autor Santos (2006), onde uma foto de 1941, de uma solenidade na Igreja Santo Antônio revela tal recomposição com Vargas.

Na imagem, segundo Santos, entre o numeroso grupo estavam autoridades da cidade e acima delas, temos uma faixa com a seguinte frase: “Homenagem do União V. Augusta F. C. ao Dr. Getúlio Vargas.”

Após 1932, parte dos industriais paulistas passaram a apoiar Vargas devido a sua política industrialista, e em Guarulhos, os “alicerces” colocados durante os anos 1940 pelo Governo Federal para implementar o projeto desenvolvimentista para o país certamente produziu uma mudança na classe dominante local de como ponderavam o Governo Vargas.

Santos (2006, capítulo III – *Metropolização e Periferização*) explica que o processo de desenvolvimento industrial que ganharia impulso em Guarulhos a partir da década de 50, precedeu intervenções federais em seu território, obras para construir equipamentos que viabilizariam o modelo desenvolvimentista Varguista.

Este modelo de desenvolvimento requeria uma infraestrutura que promovesse “[...] a integração do mercado interno e sua conexão por vias que articulassem as regiões. [...]” (Santos, 2006 p. 156).

As obras federais na cidade foram a instalação da Base Aérea de São Paulo (BASP) em 1945 e a inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1951.

Santos (2006, p.162) aponta que os grupos locais dominantes, viam com satisfação tais obras, visto que incrementaram suas atividades econômicas e comerciais.

Santos apresenta um trecho do relatório do prefeito José Maurício de Oliveira em 1943 para o Departamento das Municipalidades, para demonstrar tal fato.

As obras Federais da Base Aérea de Cumbica e da estrada de rodagem Rio-São paulo, cujo traçado atinge à parte mais baixa da cidade, tem concorrido também para o progresso crescente que se verifica, principalmente pela grande valorização de propriedades (Oliveira, 1943 apud Santos, 2006, p.163).

Santos elenca quais eram as atividades dos dirigentes municipais no período de 1920 a 1960, os quais possuíam negócios no setor imobiliário, comercial, industrial e de serviços locais.

Santos (2006, p. 164) conclui que “O desenvolvimento industrial e urbano de Guarulhos atendia aos interesses particulares dos chefes políticos locais e dos grupos sociais a que eles pertenciam e representavam.”

Deste modo, consideramos que a homenagem prestada a Vargas em 1952, batizando com seu nome a praça que abrigaria o novo Paço Municipal, se deve ao reconhecimento das ações que seu Governo realizou na cidade.

Porém, serão necessários mais estudos para analisar e esclarecer as relações da classe dominante guarulhense com Vargas desde a sua ascensão em 1930.

Esta breve digressão sobre Vargas e Guarulhos entre as décadas de 1930 e 1950 foi necessária para explicar a tardia memória da *Revolução Constitucionalista* constituída entre 1975 e 1985 na cidade, que de saída já saiu em desvantagem com “pai dos pobres” (ou mãe dos ricos, como dizem seus detratores), por causa do espaço “privilegiado” com o qual Vargas foi homenageado, pois dos cinco espaços que consideramos lugares de memória, somente um está no do espaço urbano central de Guarulhos, mas não é uma via pública importante da cidade.

Isto não significa que a maioria do público que conheça ou circule em uma determinada referência espacial urbana saiba o significado que a nomina.

Como afirma Paulo Duarte (1976 apud Borges e Cohen, p. 334), “Pouca gente neste país sabe ou leva a sério o significado que tem o nome de um logradouro para educação de um povo.”

Sobre a Sala do Soldado Constitucionalista, recordamos uma visita realizada em meados dos anos 1990, quando o Museu Histórico Municipal ficava no edifício conhecido como Casa José Maurício, na área central da cidade.

Na antiga residência do prefeito que mais tempo governou a cidade (1919-1930 e 1940-1945), observamos os objetos (capacetes, espadas, medalhas, uma matraca, entre outros) que talvez pretendiam rememorar a participação da cidade na luta pela constitucionalização.

Atualmente, porém, tal memória foi suprimida da instituição, localizada agora no bairro da Vila Galvão, um local descentralizado.

Ladeado por uma biblioteca municipal e do outro lado por um teatro

municipal, em frente à área recreativa conhecida como Lago dos Patos, ela conta com duas pequenas salas.

O acervo constitui-se de objetos e por *banners* com imagens e textos, cuja expografia faz uma narrativa da fundação da cidade a partir do ciclo do ouro, do ciclo do tijolo (as indústrias primárias e extrativistas) e o ciclo industrial em que Guarulhos se constituiu ao longo dos séculos.

Outros artefatos e *banners* trazem informações sobre a presença indígena no território, o uso mão de obra escrava, e expressões religiosas e culturais de alguns bairros.

A única referência ao nosso objeto de pesquisa deste capítulo, está dentro de um baú antigo, junto a uma parede da primeira sala, onde um cartaz acima dele adverte os visitantes para não abri-lo.

Após algumas diligências e com a solicitude e presteza da única funcionária do local, localizamos dois artefatos vistos há mais de vinte anos, um capacete de aço e uma espada, junto de outros objetos que podem estar relacionadas ou não a 1932.

Tanto a placa do Soldado Constitucionalista como a sua sala desaparecida são o que Nora (1993, p. 14) chama de

Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica.

O simbolismo nestes dois lugares seriam a nomeação dos combatentes, chamados “soldados constitucionalistas”, indivíduos que lutaram pela implementação de uma constituição no país, carta magna que organiza a nação, estabelecendo direitos e deveres tanto do cidadão, como do Estado.

Andreas Hussein (2000, p. 68) afirma que “A memória de uma sociedade é negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições.”

De fato, em Guarulhos a constituição dos lugares de memória que remetem à *Revolução Constitucionalista* teve o poder público como agente para a implementação.

Quando se deu a sua emergência, ela só produzia sentido em um diminuto

grupo social e dos atores institucionais que trabalharam para que ela se constituísse.

Maurice Halbwachs (1990, p.133) explica que as imagens espaciais exercem um papel na memória coletiva. Deste modo, “Cada aspecto, cada detalhe deste lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo. [...]”

As características do processo de memória em Guarulhos relativa a 1932 confirma o que Le Goff (1990, p. 475) explica sobre o papel da memória no mundo contemporâneo, pois ela “[...] faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pela sobrevivência e pela promoção.”

Nora (1993 p. 09) explica que a memória está em constante evolução, sujeita a todo tipo de uso e manipulações, que pode ser submergida e emergida pelos grupos sociais vivos, podendo sofrer distorções.

Esta memória resgatada de 1932 em Guarulhos evidencia a sua afirmação, de como este fenômeno opera no conjunto dos grupos sociais que compõem uma sociedade.

### **3.1. O Brasão de Armas Municipal de Guarulhos – um lugar de memória do contexto de 1932**

Em 01/09/1932, o Ato Municipal nº 87 instituiu o Brasão de Armas Municipal de Guarulhos, tornando-o obrigatório em todos os impressos da Prefeitura.

A oficialização do Brasão guarulhense foi dois dias após a do Brasão de Armas do Estado de São Paulo<sup>132</sup>, e é significativo o momento em que surge, em pleno Movimento Constitucionalista.

A ideologia que enaltecia a singularidade do povo paulista, como já mencionado na introdução deste trabalho encontrava-se nos jornais, nas falas dos oradores, nas flâmulas e bandeiras dos atos cívicos, etc.

“Hasteou-se a bandeira do orgulho paulista, recorrendo-se a todos os símbolos: o bandeirante, a modernidade, a civilização”(Borges e Cohen 2004, p.

---

132 SÃO PAULO. Decreto nº 5.656 de 29 de agosto de 1932. A explicação presente no texto do Decreto para as simbologias no Brasão, possui um caráter ufanista, lembrando que o Estado nunca se furtou a lutar pelo Brasil, e que o povo paulista possui exemplos na história de seu papel de que sempre batalhou pelas *causas da nacionalidade*.

314).

Ao criar seu Brasão, a jovem cidade de Guarulhos também criou um lugar de memória, evocando atributos que compunham a sua identidade, em meio ao conflito (no qual estava plenamente empenhada) no qual o objetivo dos paulistas era “redimir a pátria”.

Norberto Guarinello (1994, p. 188) afirma o seguinte sobre a função da memória: “Fixa os sentidos e as identidades, permitindo à sociedade, aos grupos e as classes em seu interior, traçar suas origens, garantir e reconhecer sua permanência e sua identidade a despeito do tempo.”

Descrevendo os elementos que figuram no Brasão de Armas de Guarulhos, o Ato Municipal explica a sua origem cristã a partir da lua crescente que remete à Padroeira de Nossa Senhora da Conceição, que a cruz evoca a presença da catequese jesuítica e possui as imagens das culturas agrícolas “célebres” da cidade, cana e trigo.

A sua divisa possuía a seguinte frase em latim: “VERE PAULISTA SANGUIS MEUS” (O meu sangue é genuinamente paulista), e seguindo na descrição, explica que as duas aves anhumas de asas abertas são “atributos eminentemente paulistas, pois a anhuma recorda o Anhemby (rio das anhumas), o nome primitivo do Tietê, grande rio Paulista, que também banha terras de Guarulhos.<sup>133</sup>”

O Brasão tornou-se o 1º símbolo oficial da cidade no qual pretendia-se resgatar as suas raízes, definidora de sua identidade paulista em um momento político e social no qual ela demonstrava isso na prática, engajada totalmente pela *causa paulista*.

O Brasão sofreria modificações nas décadas seguintes, mas nada que suprimisse a simbologia dos “atributos paulistas”, havendo posteriormente a inclusão de mais um, a cabeça humana que personifica o bandeirante, e de outros, que reconhecia a importância de outros grupos sociais que desempenharam papéis importantes<sup>134</sup>no território de Guarulhos.

---

133 Ato Municipal nº 87.

134 Foi inserido uma figura feminina e a de um negro, através Lei Municipal Nº 6.357, de 25 de março de 2008.

Imagem 2 – 1º Brasão de Armas da Cidade de Guarulhos<sup>135</sup>.

#### 4. Considerações Finais

A presente monografia se propôs a examinar como o Movimento Constitucionalista de 1932 repercutiu na cidade de Guarulhos, analisando e discutindo os impactos e desdobramentos do conflito de 85 dias que contrapôs o Estado de São Paulo e Governo Provisório, e a memória deste evento que se estabeleceu na cidade, consagrada com o termo de *Revolução Constitucionalista*.

Como já observado, na historiografia local, os dias do Movimento em Guarulhos foi registrado a partir de documentos oficiais da municipalidade, em geral, medidas tomadas para responder às contingências geradas por conta do conflito.

O presente trabalho, que pretendeu contribuir para o conhecimento dessa história, identificando e analisando fontes ainda não discutidas, conseguiu clarificar parcialmente como se operou a mobilização na cidade, identificando os principais atores deste processo e as mudanças ocorridas na rotina de alguns núcleos

---

135 Extraída da página 02 do Ato Municipal nº 87. Disponível em: [https://www.guarulhos.sp.gov.br/06\\_prefeitura/leis/leis\\_download/01679lei\\_anexo\\_III.pdf](https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/leis_download/01679lei_anexo_III.pdf). acesso em 17 de nov. de 2018.

populacionais da cidade, aspectos que não constavam nos trabalhos realizados pela historiografia local.

A pesquisa de levantamento de fontes documentais sobre os dias do conflito em 1932 apresentou dificuldades, pois são ínfimas, e limitações, como a fonte que consideramos uma das principais, o conjunto documental do *Guarulhos – Jornal*, que não possui as edições 03, 05 e 06.

Essas edições possivelmente ajudariam a iluminar ainda mais o nosso objeto de pesquisa.

Sobre a memória de 1932 na cidade, emergida depois de 40 anos através de iniciativas do poder público, e no período de distensão do regime civil-militar (1964-1985), destaca-se como ela saiu em “desvantagem” diante de outra memória, paradoxalmente a do oponente, Getúlio Vargas, o qual a mesma cidade, que tinha oferecido o Batalhão Santos Dumont para os Exércitos constitucionalistas, transformou em patrono da principal praça localizada na área central da cidade.

Procuramos apontar uma hipótese e uma sugestão de mais estudos para esclarecer a relação de Vargas e elite local.

### **Fontes Bibliográficas**

II Livro do tomo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição – Guarulhos. Diocese de Guarulhos.

A GAZETA. São Paulo: São Paulo, 13/09/1932.

Atas da Câmara Municipal de Guarulhos. Guarulhos: Câmara Municipal, 1930 – 1933. Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos.

BRASIL. Decreto nº 19.398, de 11 de Novembro de 1930. Diário Oficial da União – Seção 1 – 12/11/1930, Página 20663. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01/11/2018.

CORREIO DE SÃO PAULO. São Paulo: Correio de São Paulo, 07/09/1932.

DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. São Paulo: Circular nº103 (cópia), 29 de agosto de 1932. Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos.

DIÁRIO NACIONAL. SÃO PAULO. Diário Nacional, vários números.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo: Folha da manhã, vários Números.



FOLHA DA NOITE. São Paulo: Folha da noite, 11/09/1932.

GUARULHOS – JORNAL. Guarulhos: Guarulhos – Jornal, 1932, edições 01, 02,04,07,08,09. Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos.

GUARULHOS. Ato Municipal nº 87, 01 de setembro de 1932. Disponível em:<[https://www.guarulhos.sp.gov.br/06\\_prefeitura/leis/leis\\_download/01679lei\\_ane\\_xo\\_III.pdf](https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/leis_download/01679lei_ane_xo_III.pdf)>. Acesso em 16/11/2018.

GUARULHOS. Decreto Nº 5183, 21 de janeiro de 1976. Denominação de vias públicas. Disponível em: <[https://www.guarulhos.sp.gov.br/06\\_prefeitura/leis/decretos\\_download/05183decr.pdf](https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_download/05183decr.pdf)>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

GUARULHOS. Decreto nº 5215, de 09 de março de 1976. Denominação de vias públicas. Disponível em: <[https://www.guarulhos.sp.gov.br/06\\_prefeitura/leis/decretos\\_download/05215decr.pdf](https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_download/05215decr.pdf)>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

GUARULHOS. Decreto Nº 9068, de 26 de julho de 1982. Dispõe sobre: “Criação da sala do Soldado Constitucionalista.” Disponível em: <[https://www.guarulhos.sp.gov.br/06\\_prefeitura/leis/decretos\\_download/09068decr.pdf](https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_download/09068decr.pdf)>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

GUARULHOS. Decreto nº 11406, de 20 de novembro de 1985. Dispõe sobre: “Denominação de Via Pública – Rua LUIZ ANSALDO – SOLDADO CONSTITUCIONALISTA.” Disponível em: <[https://www.guarulhos.sp.gov.br/06\\_prefeitura/leis/decretos\\_download/11406decr.pdf](https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_download/11406decr.pdf)>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

GUARULHOS. Portaria de 20 de julho de 1932. Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos.

Listas para angariar donativos para o “Lar do soldado combatente”, no movimento constitucionalista de 1932. Guarulhos:1932. Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: OESP, vários Números.

SÃO PAULO. Decreto nº 5.656 de 29 de agosto de 1932. Disponível

em:<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5656-29.08.1932.html>>. Acesso em 17 de nov. de 1932.

## Referências Bibliográficas

BORGES, Vavy Pacheco, COHEN, Ilka Stern. Cap. 08. A Cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932.p. 291-339. IN: \_\_\_\_\_ **HISTÓRIA da cidade de São Paulo**, v. 3: a cidade na primeira metade do Século XX/ Organizadora Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**: do indivíduo às retóricas holistas. In Memória e Identidade. SP. Contexto, 2014.

CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DE PAULA, Jeziel. **Imagens construindo a história**: a fotografia na difusão do imaginário constitucionalista de 32. 1996. 270 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281855>>. Acesso em: 03 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Agonia & Glória**: imagens, mitos e memórias da guerra civil brasileira de 1932. 2001. 356 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Unicamp, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280271>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

DOMINGUES, P. J. **Os 'Pérolas Negras': a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932**. Afro-Asia (UFBA), Salvador, n.29/30, p. 199-245, 2003. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21058>>. Acesso em 01 de dez. 2018.

DONATO, Hernâni. **História da Revolução de 32**.São Paulo: Editora Ibrasa.2002, p.110. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=rr\\_ODr7uZFwC&pg=PA110&lpg=PA110&dq=quanto+era+o+valor+de+uma+capacete+de+a+C3%A7o+em+1932&source=bl&ots=LCBHUUyFH\\_&sig=LfZSqvQtuelU1dF8BzjjwjO2sM4&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjM4bCGj7jdAhUHQpAKHX3QDVUQ6AEwDnoECAAQAQ#v=onepage&q=quanto%20era%20o%20valor%20de%20uma%20capacete%20de](https://books.google.com.br/books?id=rr_ODr7uZFwC&pg=PA110&lpg=PA110&dq=quanto+era+o+valor+de+uma+capacete+de+a+C3%A7o+em+1932&source=bl&ots=LCBHUUyFH_&sig=LfZSqvQtuelU1dF8BzjjwjO2sM4&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjM4bCGj7jdAhUHQpAKHX3QDVUQ6AEwDnoECAAQAQ#v=onepage&q=quanto%20era%20o%20valor%20de%20uma%20capacete%20de)>

[%20a%C3%A7o%20em%201932&f=false](#)>. Acesso em 31 de out. 2018.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Memória coletiva e história científica**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 180-93, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HELFSTEIN, Guilhermina, HANSSEN, Castelo. **Guarulhos, trajetória cultural**. 1º edição. São Paulo: Futurama Editora, 2016.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. **História e Memória**. 6.ed. Campinas: Unicamp, 1990. p; 423-477.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

NORONHA, Adolfo de Vasconcelos. **Guarulhos Cidade Símbolo**: São Paulo: Gráfica Schmidt, 1960.

OMAR, Elmi. **CASA DA CANDINHA – RUPTURA E METAMORFOSE** – de Casa Grande a Centro de História e Memória das Culturas Negras. 1. ed. São Paulo: Art Printer, 2011. v. 2000. 84p.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Guarulhos tem história**: Questões sobre história natural, social e cultural. São Paulo: Ananda, 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Da revolução de 30 ao golpe de 37**: A depuração das elites/Dulce Chaves Pandolfi Mário Grynszpan. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. 48 f.

PINHO, Celso Luiz. 1932 – **O túnel da discórdia**. São Paulo: Editora Gregory, 2012.

\_\_\_\_\_. **Candinha, a Senhora do Bananal**. Guarulhos: Gráfica e Editora e Kaesse, 2010.

PREFEITURA DE GUARULHOS. Secretaria Municipal de Educação. Revista de Educação. **Educação Patrimonial – Guarulhos: História, Cultura e Meio Ambiente**. Guarulhos, 2012.

QUEIROZ, Suely Robles de. Cap. 01.O município entre greves, uma guerra e duas

revoluções (1899 – 1932), p.24-39. IN: \_\_\_\_\_ **HISTÓRIA da cidade de São Paulo**, v. 3: a cidade na primeira metade do Século XX/ Organizadora Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RANALI, João. **Cronologia Guarulhense: Guarulhos, Da cruz implantada no alto do Eperê, em 08 de dezembro de 1560 à eclosão da Revolução de 1964**, 1 v.: Artes Gráficas Guarú S/A, 1986.

\_\_\_\_\_. **Repaginando a história**. Guarulhos: SOGE – Faculdades Integradas de Guarulhos, 2002.

RIBEIRO, Felipe Castanho. **A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude**. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 226 – 247, jun. 2017. ISSN 2176-8943. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65514>>.

doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n12.2017.65514>. Acesso em: 28 jun. 2018.

RODRIGUES, João Paulo. **Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição**. Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

\_\_\_\_\_. **Levante Paulista de 1932: entre os domínios da memória e os (des)caminhos da história**. Projeto História (Online), v. 41, p. 125-153, 2010. Disponível em

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6537/4736>>. Acesso em 24 de out. de 2018.

ROMÃO, José Gasparino, NORONHA, Adolfo de Vasconcelos. **Guarulhos 1880-1980**. Guarulhos: PMG/Academia Guarulhense de Letras, 1980.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Identidade urbana e globalização: A formação dos múltiplos territórios em Guarulhos – SP**. São Paulo: Annablume, 2006.